



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 31 de outubro de 2012)**

ANO LXVII – SUP. “A” AO Nº 177 – SEXTA-FEIRA, 02 DE NOVEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
'CpkdcrF kpk - (RV-CE)*. ; +
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)^(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)^(1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Walter Pinheiro - PT (22,26) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,45) Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,26) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (28) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (25) Aníbal Diniz (24) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45) Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (38) Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM (27) Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (7,32) Lúcia Vânia (33) Mário Couto (31) Paulo Bauer (5,35) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (5,35) Flexa Ribeiro (7,32) Líder do DEM - 5 José Agripino (2,10,14,43,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (27) PSD - 2 Líder Marco Antônio Costa - PSD (53) Vice-Líder Sérgio Petecão PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42,54) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PPL - 1 João Costa		

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2^a Sessão Legislativa Ordinária da
54^a Legislatura - 2012**

**Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Outubro/2012**

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 31/10/2012

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	4
Especial	2
Não Deliberativa	12
Total de sessões realizadas	18
Reunião	2
Total de Reuniões	2
Reunião não Realizada	4

Quadro Geral de Matérias
01 a 31/10/2012

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Retirada pelo autor	Total
PLC	2	0	2	0	4
PLS	0	3	1	2	6
SCD	1	0	0	0	1
PDS	3	42	0	0	45
PRS	9	0	0	0	9
MSF	8	-	-	0	8
Total	23	45	3	2	73

Quadro Geral de Medidas Provisórias

01 a 31/10/2012

MPV	Aprovada na íntegra	Total
	2	2

Quadro de Requerimentos*
01 a 31/10/2012

Natureza	Total
Audiência de comissão	10
Congratulações, pesar e assemelhados	5
Criação ou alteração de comissão temporária	2
Desapensamento de matérias	3
Informações	20
Licença Interesse Particular (superior a 120 dias)	1
Missão (em representação do Senado Federal)	13
Prorrogação de prazo de indicações	1
Prorrogação de prazos de comissão de código	2
Retirada de matéria	2
Tramitação conjunta	3
Urgência para matéria	1
Total Geral	63

*No período de 01 a 31/10/2012 foram apreciados outros requerimentos, não autônomos (vinculados a outra matéria), que não constam nesta resenha.

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa**01 a 31/10/2012**

	SF	CD	TST	Total
PLC	-	1	1	2
PLS	3	-	-	3
SCD	-	1	-	1
PDS	1	44	-	45
PRS	9	-	-	9
Total	13	46	1	60

**Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
01/10/2012 a 31/10/2012**

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 ⁽¹⁾	20	-	20
Art. 40 ⁽²⁾	-	-	-
Art. 43, I ⁽³⁾	6	-	6
Art. 43, II ⁽⁴⁾	4	-	4
Soma	30	0	30
Requerimento para retirada	-	-	-
Total Geral	30	0	30

1. Missão política ou cultural de interesse parlamentar;
2. Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;
3. Licença para tratamento de saúde;
4. Licença para tratar de interesses particulares;

**Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) ***

01 a 31/10/2012

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	13

* Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 31/10/2012

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	29
Deliberativa Ordinária	76
De Premiações E Condecorações	1
Especial	13
Não Deliberativa	82
Total de sessões realizadas	201
Reunião	8
Total de Reuniões	8
Reunião não Realizada	9

Quadro Geral de Matérias
02/02 a 31/10/2012

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Rejeitada pelo Plenário	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada pela CCJ por constitucionalidade (art. 101, § 1º, do RISF)	Total
PEC	6	-	0	4	2	0	-	0	12
PLC	43	45	3	0	0	0	29	0	120
PLS	2	90	6	3	21	0	24	1	147
SCD	3	0	1	0	0	0	0	0	4
ECD	1	0	0	0	0	0	0	0	1
PDS	35	551	0	0	0	0	0	0	586
PRS	48	5	0	0	1	0	0	0	54
MSF	37	-	0	0	0	1	-	0	38
OFS	2	-	0	0	0	0	-	0	2
Total	177	691	10	7	24	1	53	1	964

Quadro Geral de Medidas Provisórias
02/02 a 31/10/2012

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
MPV	7	0	7
PLV	-	21	21

**Quadro de Requerimentos
02/02 a 31/10/2012**

Natureza	Total
Adiamento de apreciação de matéria	9
Audiência de comissão	83
Auditória	1
Calendário especial	7
Congratulações, pesar e assemelhados	233
Criação ou alteração de comissão temporária	9
Desapensamento de matérias	17
Dispensa de parecer	1
Homenagem de pesar	3
Inclusão em Coleções do Senado Federal	3
Informações	158
Licença Interesse Particular (superior a 120 dias)	1
Licença Saúde / Interesse Particular (superior a 120 dias)	6
Missão (em representação do Senado Federal)	131
Preferência	1
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	3
Prorrogação de prazo de indicações	1
Prorrogação de prazos de comissão de código	5
Publicação de documentos no Diário do Senado Federal, para transcrição nos Anais.	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	32
Reexame de matéria por Comissão	2
Retirada de matéria	36
Sobrestamento	5
Tramitação conjunta	74
Urgência para matéria	40
Votação em globo	1
Sem natureza	1
Total Geral	864

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 31/10/2012

	PRES REP	SF	CD	TST	STM	MPU	STJ	Total
PLC	15	-	59	9	1	2	2	88
PLS	-	92	-	-	-	-	-	92
SCD	-	-	3	-	-	-	-	3
ECD	-	-	1	-	-	-	-	1
PDS	-	6	580	-	-	-	-	586
PRS	-	53	-	-	-	-	-	53
Total	15	151	643	9	1	2	2	823

**Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
02/02/2012 a 31/10/2012**

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 ^(1,5)	466	5	461
Art. 40 ⁽²⁾	9	-	9
Art. 43, I ⁽³⁾	52	-	52
Art. 43, II ^(4,5)	46	1	45
Soma	573	6	567
Requerimento para retirada	6	-	-
Total Geral	579	6	567

1. Missão política ou cultural de interesse parlamentar;
2. Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;
3. Licença para tratamento de saúde; e
4. Licença para tratar de interesses particulares.

**Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) ***

02/02 a 31/10/2012

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	131

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

* Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos

Matérias apreciadas pelo Senado Federal
01 a 31/10/2012

Matéria: Medida Provisória. Total: 2

1. À promulgação. Total: 2

Aprovada na íntegra. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 572/2012	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 381.252.988,00 (trezentos e oitenta e um milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais), para os fins que especifica.	Presidente da República	16/10/2012
MPV 573/2012	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, dos Transportes, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$ 6.843.701.650,00 (seis bilhões, oitocentos e quarenta e três milhões, setecentos e um mil, seiscentos e cinquenta reais), para os fins que especifica.	Presidente da República	17/10/2012

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 4

1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 35/2012	Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.	Paulo Teixeira	31/10/2012

2. Ao arquivo. Total: 2

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 51/2010	Institui o Prêmio Paulo Freire de Criatividade no âmbito do ensino da rede pública.	Leonardo Quintão	01/10/2012
PLC 100/2011	Altera a denominação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA para Universidade Federal da Integração Amazônica - UNIAM.	Lira Maia	01/10/2012

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 4**3. À sanção. Total: 1****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 40/2012	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO/AC).	Tribunal Superior do Trabalho	30/10/2012

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 6**1. À Câmara dos Deputados. Total: 3****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 706/2007	Altera o art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir, nas universidades, percentagens específicas mínimas para doutores, mestres e docentes com regimes de trabalho em tempo integral.	Arthur Virgílio	01/10/2012
PLS 114/2010	Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, para atualizar a definição de livro e para alterar a lista de equiparados a livro.	Acir Gurgacz	01/10/2012
PLS 639/2011	Acrescenta art. 6º-A à Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para dispor sobre a não incidência do imposto de renda sobre os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração decorrente de exercício de emprego, cargo ou função.	Valdir Raupp	29/10/2012

2. Ao arquivo. Total: 3**Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 585/2007	Altera o art. 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, para fortalecer a fiscalização do Poder Executivo sobre as instituições de educação superior no sistema federal de ensino.	Gilvam Borges	01/10/2012

Retirada pelo autor. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 362/2012	Altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos os crimes de formação de quadrilha, corrupção passiva e ativa, peculato, e os crimes contra licitações, quando a prática estiver relacionada com contratos, programas e ações, referentes às áreas da saúde pública ou assistência social.	Paulo Paim	16/10/2012
PLS 686/2011	Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados a aquisição de veículo blindado por magistrados ou membros do Ministério Público.	Lobão Filho	31/10/2012

Matéria: Substitutivo da Câmara Dos Deputados Ao Projeto de Lei do Senado. Total: 1**1. À sanção. Total: 1****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
SCD 32/1997	Dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início.	Câmara dos Deputados	30/10/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 45**1. À Câmara dos Deputados. Total: 1****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 536/2012	Aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2012.	Comissão de Assuntos Econômicos	30/10/2012

2. À promulgação. Total: 44**Aprovada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 73/2012	Aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias, estabelecida em Viena, em 11 de abril de 1980, no âmbito da Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	16/10/2012
PDS 121/2012	Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial, assinado em Pequim, em 19 de maio de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	16/10/2012

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 42

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 101/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EMISSORA VANGUARDA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 45**2. À promulgação. Total: 44****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 42**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 185/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DE CALDAS NOVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 228/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM DE SERRA BRANCA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra Branca, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 231/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE BARAÚNA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baraúna, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 241/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE MARIANÓPOLIS - AMCM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marianópolis do Tocantins, Estado do Tocantins.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 246/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MARCONI FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Açaílândia, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 247/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO APERIPÊ DE SERGIPE para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 249/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM CORISCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boituva, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 253/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AGROPECUARISTAS SANTA CLARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacuruba, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 254/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 256/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE JACAREÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jacareí, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 260/2012	Aprova o ato que outorga permissão à RADIODIFUSÃO ASSISENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 261/2012	Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE MONTESIONENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 262/2012	Aprova o ato que outorga permissão à REDE ELLO BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirangaba, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 45**2. À promulgação. Total: 44****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 42**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 267/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE ARAÇATUBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 272/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE SALWANÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria das Barreiras, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 282/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE VAQUEIROS DE CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristalândia do Piauí, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 283/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA MORRO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 286/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GUAIBENSE DE APOIO CULTURAL E COMUNITÁRIO - AGACC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 288/2012	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ULTRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajinha, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 295/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 305/2012	Aprova o ato que outorga concessão à CAMY TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 312/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PORTO AMAZONAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 314/2012	Aprova o ato que outorga permissão à XARAÉS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 316/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE CAMPOGRANDENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 320/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BROTAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Piraí do Sul, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 322/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 45**2. À promulgação. Total: 44****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 42**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 323/2012	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ALFA CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Francisco do Pará, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 324/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE FEIRA NOVA/SERGIPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feira Nova, Estado de Sergipe.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 325/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PROVÍNCIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 326/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MONTANHESA MENINO JESUS DE PRAGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 328/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL ALTO XINGU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Xingu, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 332/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE DIONÍSIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dionísio, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 334/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CRISTÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianá, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 336/2012	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE MOITA BONITA/SERGIPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moita Bonita, Estado de Sergipe.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 349/2012	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GLOBO ELDORADO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 428/2012	Aprova o ato que outorga permissão à REDE FERREIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bonfim, Estado de Roraima.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 518/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV ÔMEGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 519/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV ÔMEGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 520/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV ÔMEGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 45**2. À promulgação. Total: 44****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 42**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 521/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV ÔMEGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012
PDS 522/2012	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV ÔMEGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	31/10/2012

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 9**1. À promulgação. Total: 9****Aprovada pelo Plenário. Total: 9**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 52/2012	Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US\$ 700,000,000.00 (setecentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	16/10/2012
PRS 53/2012	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos).	Comissão de Assuntos Econômicos	16/10/2012
PRS 54/2012	Autoriza a contratação de operação de crédito externo entre o Estado de Mato Grosso e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 15,032,000.00 (quinze milhões e trinta e dois mil dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento da Administração Fazendária (PROFISCO MT)".	Comissão de Assuntos Econômicos	16/10/2012
PRS 1/2012	Altera a Resolução nº 42, de 2010, que cria o Programa Senado Jovem Brasileiro, para modificar critérios de participação dos estudantes.	Vanessa Grazziotin	30/10/2012
PRS 56/2012	Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), para contratar operação de crédito externo junto ao banco Kreditanstalt fur Wiederaufbau (KfW), no valor de até €45.948.095,72 (quarenta e cinco milhões, novecentos e quarenta e oito mil, noventa e cinco euros e setenta e dois centavos), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Complexo São Bernardo - Tranche II e Tranche III".	Comissão de Assuntos Econômicos	31/10/2012
PRS 57/2012	Autoriza o Estado do Tocantins a contratar, com garantia da República Federativa do Brasil, operação de crédito externo com os Bancos Bilbao Vizcaya Argentaria S.A., Milan Branch (BBVA) e Deutsche Bank S.P.A, no valor de até US\$ 143.198.162,32 (cento e quarenta e três milhões, cento e noventa e oito mil, cento e sessenta e dois dólares norte-americanos e trinta e dois centavos), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Infraestrutura Rodoviária (PIER).	Comissão de Assuntos Econômicos	31/10/2012
PRS 58/2012	Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Credit Suisse AG, no valor de até US\$ 1,300,000,000.00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	31/10/2012
PRS 59/2012	Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 450,000,000.00 (quatrocentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos).	Comissão de Assuntos Econômicos	31/10/2012

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 9**1. À promulgação. Total: 9****Aprovada pelo Plenário. Total: 9**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 60/2012	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US \$ 120,666,000.00 (cento e vinte milhões e seiscentos e sessenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada a financiar parcialmente o "Projeto de Reforma e Adequação do Estádio do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014".	Comissão de Assuntos Econômicos	31/10/2012

Matéria: Mensagem (sf). Total: 8**Aprovada pelo Plenário. Total: 8**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 46/2012	Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor NEI FUTURO BITENCOURT, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun e, cumulativamente, junto à República do Chade.	Presidente da República	17/10/2012
MSF 49/2012	Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor JOÃO ANDRÉ PINTO DIAS LIMA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.	Presidente da República	17/10/2012
MSF 73/2012	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LEONARDO PORCIÚNCULA GOMES PEREIRA para exercer o cargo de presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.	Presidente da República	17/10/2012
MSF 48/2012	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Niger.	Presidente da República	30/10/2012
MSF 82/2012	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor TEORI ALBINO ZAVASCKI para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Antonio Cezar Peluso.	Presidente da República	30/10/2012
MSF 69/2012	Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.	Presidente da República	31/10/2012
MSF 70/2012	Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.	Presidente da República	31/10/2012
MSF 84/2012	Submete à apreciação do Senado Federal o nome do General de Exército LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da inatividade compulsória do General de Exército Francisco José da Silva Fernandes, a partir de 3 de outubro de 2012.	Presidente da República	31/10/2012

Matéria: Requerimento. Total: 63**Aprovada pela Mesa. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 784/2012	Requer, nos termos regimentais o desapensamento do PLS 28, de 2012, do PLC 139, de 2010.	Flexa Ribeiro	08/10/2012
RQS 785/2012	Requer, nos termos do art. 258, combinado com o art. 260, II, b, do RISF, tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 232, de 2003; e 274, de 2012, ambos complementares.	Ciro Nogueira	08/10/2012
RQS 827/2012	Requer, na forma do disposto no caput do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta da PEC nº 46, de 2012 com a PEC nº 86, de 2011.	Jorge Viana	08/10/2012

Deferida pela Mesa. Total: 19

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 619/2012	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Portos da Presidência da República, informações acerca das Obras do Porto de Luiz Correia, no Estado do Piauí.	Ciro Nogueira	08/10/2012

Materia: Requerimento. Total: 63**Deferida pela Mesa. Total: 19**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 627/2012	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministério dos Transportes informações a respeito das Medidas que serão adotadas em razão da perda de recursos oriundos da redução à zero das alíquotas da CIDE-Combustíveis, com a edição do Decreto 7.764, de 22 de junho de 2012.	Aécio Neves	08/10/2012
RQS 703/2012	Requer, nos termos do art. 50, inciso III, da Constituição Federal e do art. 102-A, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Esporte acerca de projetos aprovados no âmbito do Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (Recopa).	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	08/10/2012
RQS 706/2012	Requer, nos termos dos arts. 50, § 2º, e 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 102-A, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado dos Transportes acerca do cumprimento das determinações do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 3.137/2011) decorrentes da Auditoria de Natureza Operacional destinada a avaliar a sistemática de habilitação, concessão e investimentos realizados pelas empresas beneficiárias do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - Reidi.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	08/10/2012
RQS 707/2012	Requer, nos termos dos arts. 50, § 2º, e 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 102-A, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional acerca do cumprimento das determinações do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 3.137/2011) decorrentes da Auditoria de Natureza Operacional destinada a avaliar a sistemática de habilitação, concessão e investimentos realizados pelas empresas beneficiárias do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - Reidi.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	08/10/2012
RQS 708/2012	Requer, nos termos dos arts. 50, § 2º, e 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 102-A, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Secretário Especial de Portos acerca do cumprimento das determinações do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 3.137/2011) decorrentes da Auditoria de Natureza Operacional destinada a avaliar a sistemática de habilitação, concessão e investimentos realizados pelas empresas beneficiárias do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - Reidi.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	08/10/2012
RQS 709/2012	Requer, nos termos dos arts. 50, § 2º, e 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 102-A, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca do cumprimento das determinações do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 3.137/2011) decorrentes da Auditoria de Natureza Operacional destinada a avaliar a sistemática de habilitação, concessão e investimentos realizados pelas empresas beneficiárias do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - Reidi.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	08/10/2012
RQS 710/2012	Requer, nos termos dos arts. 50, § 2º, e 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 102-A, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Advogado-Geral da União acerca do cumprimento de determinação feita pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 3.137/2011) decorrente da Auditoria de Natureza Operacional destinada a avaliar a sistemática de habilitação, concessão e investimentos realizados pelas empresas beneficiárias do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - Reidi.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	08/10/2012
RQS 711/2012	Requer, nos termos dos arts. 50, § 2º, e 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 102-A, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - Reidi.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	08/10/2012
RQS 812/2012	Reitera o RQS nº 346 de 2012, solicitando complementação das informações atinentes à fiscalização do trecho Pinhais/Paranaguá.	Roberto Requião	08/10/2012

Materia: Requerimento. Total: 63**Deferida pela Mesa. Total: 19**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 705/2012	Requer, nos termos dos arts. 50, § 2º, e 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 102-A, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia acerca do cumprimento das determinações do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 3.137/2011) decorrentes da Auditoria de Natureza Operacional destinada a avaliar a sistemática de habilitação, concessão e investimentos realizados pelas empresas beneficiárias do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - Reidi.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	16/10/2012
RQS 753/2012	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre a diferença de preços no pagamento dos medicamentos que integram o programa "Farmácia Popular".	Alvaro Dias	16/10/2012
RQS 758/2012	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o cumprimento, por parte da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, das determinações e recomendações constantes do Acórdão nº 2261/2011-TCU-Plenário, que se refere a auditoria para aferir a governança das agências reguladoras de infraestrutura no Brasil.	Aloysio Nunes Ferreira	16/10/2012
RQS 760/2012	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República sobre o cumprimento, por parte da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, das determinações e recomendações constantes do Acórdão nº 2261/2011-TCU-Plenário, que se refere a auditoria para aferir a governança das agências reguladoras de infraestrutura no Brasil.	Aloysio Nunes Ferreira	16/10/2012
RQS 761/2012	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre o cumprimento das recomendações constantes do Acórdão nº 2261/2011-TCU-Plenário, que se refere a auditoria para aferir a governança das agências reguladoras de infraestrutura no Brasil.	Aloysio Nunes Ferreira	16/10/2012
RQS 763/2012	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC, informações acerca do entendimento e da aplicabilidade da exceção disposta no inciso I do § 4º do art. 1º da Resolução do Senado Federal nº 13 de 2012.	Ricardo Ferraço	16/10/2012
RQS 809/2012	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro da Fazenda, no âmbito da Receita Federal, a fim de instruir a PEC 123/2011.	Vanessa Grazziotin	16/10/2012
RQS 810/2012	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a importação de CD-R (CD virgem) e DVD-R, a fim de instruir a PEC 123/2011.	Vanessa Grazziotin	16/10/2012
RQS 811/2012	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro da Fazenda sobre os créditos tributários das empresas exportadoras retidos pelo fisco.	Aécio Neves	16/10/2012

Aprovada pelo Plenário. Total: 24

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 877/2012	Requer licença, nos termos do art. 40, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, para representar o Senado Federal, na qualidade de observador parlamentar, na 67ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, a realizar-se em Nova York, no período compreendido entre os dias 31 de outubro e 11 de novembro de 2012; comunica, ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do mesmo Regimento, que estará ausente do país no referido período.	Sérgio Petecão	16/10/2012

Materia: Requerimento. Total: 63**Aprovada pelo Plenário. Total: 24**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 878/2012	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 20 a 24 de outubro de 2012, para compor comitiva oficial, como representante do Senado Federal, em viagem técnica à República Francesa, destinada a discutir temas ligados à Defesa Nacional, e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País nesse período.	Jorge Viana	16/10/2012
RQS 882/2012	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 30 de outubro a 06 de novembro de 2012, para participar como Observador Parlamentar dos Trabalhos da 67ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, a realizar-se em Nova York, Estados Unidos da América; comunica, ainda, que estará ausente do país no período de 30 de outubro a 06 de novembro de 2012.	José Agripino	17/10/2012
RQS 883/2012	Requer a prorrogação do prazo previsto no art. 3º da Resolução nº 2, de 2001, do Senado Federal, para que a Mesa do Senado possa, até o dia 1º de dezembro deste ano, receber o encaminhamento de indicações à 12ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.	Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz	17/10/2012
RQS 884/2012	Solicita a duplicação do prazo para conclusão dos trabalhos referentes à reforma do Código de Defesa do Consumidor.	Ct - Modernização do Código de Defesa do Consumidor - Pls 281, 282 e 283/2012 (art. 374-risf)	17/10/2012
RQS 102/2012	Requer, nos termos do artigo 255, inciso II, alínea "c", item 12, Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2012, seja ouvida também pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competência.	Walter Pinheiro	30/10/2012
RQS 618/2012	Requer, nos termos regimentais, a tramitação autônoma do PLS nº 103, de 2009, tendo em vista que os demais projetos a ele apensados tratam de disciplinas completamente diferentes entre si.	Sérgio Souza	30/10/2012
RQS 764/2012	Requer, nos termos do disposto no art. 255, II, "c", 12, do RISF, a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 735, de 2011.	Delcídio do Amaral	30/10/2012
RQS 765/2012	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", nº. 12, do Regimento Interno, que, sobre o PLS nº 252/2011 seja ouvida a Comissão de Serviços de Infraestrutura.	Delcídio do Amaral	30/10/2012
RQS 766/2012	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do RISF, a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2011.	Delcídio do Amaral	30/10/2012
RQS 767/2012	Requer, nos termos do número 12, alínea c, inciso II do art. 255, combinado com o disposto no art. 104-A, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº. 246, de 2009, seja apreciado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.	Zeze Perrella	30/10/2012
RQS 768/2012	Requer, nos termos do número 12, alínea c, inciso II do art. 255, combinado com o disposto no inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº. 246, de 2009, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Zeze Perrella	30/10/2012
RQS 783/2012	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do RISF, a oitiva da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 710, de 2011.	Paulo Paim	30/10/2012
RQS 802/2012	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005 seja desapensado dos Projetos de Lei do Senado nºs 181 e 495, de 2007; 489, de 2008 e 106, de 2011.	Tomás Correia	30/10/2012
RQS 825/2012	Requer, nos termos do art. 255, II, c, 12, combinado com o art. 104, incisos I e III, Regimento Interno do Senado Federal, a remessa, à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012, para que seja examinado por esta antes das Comissões constantes do despacho inicial.	João Vicente Claudino	30/10/2012
RQS 848/2012	Requer, nos termos regimentais, a criação de Comissão Especial de Juristas, com a finalidade de realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias, composta por 11 (onze) membros, a serem designados pelo Presidente do Senado Federal.	José Sarney	30/10/2012
RQS 849/2012	Solicita, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 24, de 2008; e 278, de 2012.	João Vicente Claudino	30/10/2012
RQS 854/2012	Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 702, de 2012, que os membros da Comissão de Juristas criada com a finalidade de elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação seja composta por treze membros.	Renan Calheiros	30/10/2012

Materia: Requerimento. Total: 63**Aprovada pelo Plenário. Total: 24**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 857/2012	Solicita audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o PLS 718/2007.	Kátia Abreu	30/10/2012
RQS 875/2012	Com fundamento no disposto no art. 255, inciso II, alínea "C", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que que o Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2012 seja apreciado, também, pela Comissão de Assuntos Econômicos.	Tomás Correia	30/10/2012
RQS 898/2012	Requer, com fundamento nos arts. nºs 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa para participar de diligência da CPMI da Violência Contra a Mulher, a realizar-se nos dias 5 e 6 de novembro de 2012, na cidade do Rio de Janeiro - RJ; e de Audiência Pública da CPMI, no dia 7 de novembro de 2012, a realizar-se na Assembleia Legislativa do Estado.	Ana Rita	30/10/2012
RQS 903/2012	Requer que o prazo para apresentação de emendas referente à Reforma do Código Penal seja prorrogado por 20 dias úteis.	Ct - Reforma do Código Penal Brasileiro - Pls 236/2012 (art. 374-risf)	30/10/2012
RQS 910/2012	Requer, nos termos dos artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de representação, com ônus para o Senado Federal, em diligência da CPMI da Violência Contra a Mulher na cidade de Campo Grande - MS, no dia 12 de novembro de 2012, e de Audiência Pública da CPMI, no dia 13 de novembro de 2012, a realizar-se na Assembleia Legislativa do Estado.	Ana Rita	31/10/2012
RQS 922/2012	Requer, nos termos do art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 93/2012.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	31/10/2012

Deferida pela Presidência (art. 41 do RISF). Total: 9

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 869/2012	Requer, nos termos do inciso II do art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal, licença particular para ausentar-se dos trabalhos da Casa entre os dias 2 de outubro de 2012 a 30 de janeiro de 2013.	Kátia Abreu	01/10/2012
RQS 890/2012	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, em viagem às cidades de Salamanca e Cádiz, Espanha, para desempenho de missão oficial, no período de 19 a 26 de outubro de 2012 e; comunica, nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 19 a 26 de outubro, de 2012.	José Sarney	18/10/2012
RQS 891/2012	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do país, em viagem à cidade de Nova Iorque, Estados Unidos da América, para desempenho de missão oficial, no período de 28 de outubro a 3 de novembro de 2012.	Antonio Carlos Valadares	18/10/2012
RQS 836/2012	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 14, § 2º, da Resolução nº 1, de 2011 - CN, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 7 a 14 de novembro de 2012, para participar, como membro do Parlamento do Mercosul, de reuniões da Mesa Diretiva e de Comissões Permanentes da Assembleia Parlamentar Eurolatinoamericana - Eurolat, nos dias 9 e 10 desse período, na cidade de Cádiz, na Espanha, e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País entre os dias 7 e 19 de novembro de 2012.	Roberto Requião	19/10/2012
RQS 855/2012	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 16 a 18 de novembro de 2012, em missão parlamentar, a fim de participar no Fórum sobre Segurança Internacional de Halifax, que ocorrerá em Halifax, Canadá; e comunica, ainda, de acordo com o art. 39, I, do mesmo Regimento, que estará ausente do País no período de 14 a 19 de novembro.	Luiz Henrique	19/10/2012

Materia: Requerimento. Total: 63**Deferida pela Presidência (art. 41 do RISF). Total: 9**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 880/2012	Requer, nos termos do arts. 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, nos dias 25 e 26 de outubro de 2012, para participar, como convidado do Parlamento Latino-Americano, em Buenos Aires, da Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional daquele Parlamento, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, que se ausentará do País nesse período.	Eduardo Suplicy	19/10/2012
RQS 894/2012	Requer, nos termos dos artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o artigo 14, § 2º, da Resolução nº 1, de 2011-CN, licença dos trabalhos da Casa, de 29 a 31 de outubro de 2012, para participar, como Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, do XLI Período Ordinário de Sessões do Parlamento Andino, na cidade de Lima, no Peru; informando, ainda, nos termos do artigo 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País entre os dias 28 a 31 de outubro de 2012.	Roberto Requião	24/10/2012
RQS 896/2012	Requer, em aditamento ao Requerimento nº 891, de 2012, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa durante o período de 27 de outubro a 2 de novembro do corrente ano.	Antonio Carlos Valadares	25/10/2012
RQS 895/2012	Em adendo ao Requerimento nº 894, de 2012, solicita licença dos trabalhos do Senado Federal entre 29 de outubro e 1º de novembro; e comunica ausência do País entre os dias 28 de outubro e 1º de novembro de 2012.	Roberto Requião	29/10/2012

Encaminhada pela Presidência. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 874/2012	Requer, nos termos do art. 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Pesar à família da apresentadora de TV HEBE CAMARGO, falecida no dia 29 de setembro de 2012.	Ana Amélia	09/10/2012
RQS 876/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) pelo transcurso dos 40 anos de sua fundação.	Ana Amélia	10/10/2012
RQS 881/2012	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Louvor ao Sr. Professor e Escritor Eduardo Portella, no seu octogésimo aniversário, por sua intensa participação nas lutas pela redemocratização e educação no Brasil, sua dedicação ao magistério universitário, bem como à frente das Edições e Revista Tempo Brasileiro, e de suas atividades como diretor-adjunto da UNESCO, em Paris.	Cristovam Buarque	16/10/2012
RQS 892/2012	Requer, nos termos regimentais, Voto de Congratulações ao Desembargador José dos Anjos por ocasião de sua posse no Tribunal de Justiça de Sergipe.	Antonio Carlos Valadares	18/10/2012
RQS 901/2012	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento da veterana vereadora curitibana NELY ALMEIDA, ocorrido no dia 29 de outubro de 2012.	Alvaro Dias	30/10/2012

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 879/2012	Requer, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2012.	Paulo Paim	16/10/2012
RQS 912/2012	Requer, nos termos do art. 256, seja retirado de tramitação o PLS 686/2011, de autoria do Senador Lobão Filho.	Lobão Filho	31/10/2012

Materia: Requerimento. Total: 63**Indeferida pela Mesa. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 833/2012	Requerem, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os art. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações, por parte do Sr. Ministro da Fazenda, sobre quais as obrigações que perduram para a pessoa jurídica optante pelo Programa de Recuperação Fiscal - Refis, instituído pela Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, que efetuar o depósito judicial de parcelas controvértidas do valor das multas consolidadas, enquanto não houver o trânsito em julgado da decisão judicial, mesmo após a quitação de todos os demais valores devidos.	Casildo Maldaner	16/10/2012

Matéria: Requerimento de Licença. Total: 30

Arts. 13; 43, I; e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
549/2012-M	Cristovam Buarque	13	09.10 a 11.10	Atividade Parlamentar
550/2012-M	Sérgio Petecão	13	16.10 a 18.10	Atividade Parlamentar
551/2012-M	Mozarildo Cavalcanti	13	25.09 e 26.09	Atividade Parlamentar
552/2012-M	João Capiberibe	13	18.10	Atividade Parlamentar
553/2012-M	Waldemir Moka	43, II	16.10	Licença Particular
554/2012-M	Mário Couto	13	16.10 a 18.10	Atividade Parlamentar
555/2012-M	Mozarildo Cavalcanti	43, I	16.10 a 17.10	Licença Saúde
556/2012-M	Cícero Lucena	13	16.10 a 18.10	Atividade Parlamentar
557/2012-M	Pedro Simon	43, I	16.10 a 18.10	Licença Saúde
558/2012-M	Fernando Collor	13	16.10	Atividade Parlamentar
559/2012-M	Ivo Cassol	13	11.09 a 13.09	Atividade Parlamentar
560/2012-M	Eduardo Amorim	43,I	15.10 a 18.10	Licença Saúde
561/2012-M	Clóvis Fecury	13	17.10 a 18.10	Atividade Parlamentar
562/2012-M	Waldemir Moka	43,II	17.10 a 18.10	Licença Particular
563/2012-M	Jorge Viana	13	18.10	Atividade Parlamentar
564/2012-M	Fernando Collor	13	17.10	Atividade Parlamentar
565/2012-M	Lobão Filho	43, II	18.10	Licença Particular
566/2012-M	Francisco Dornelles	13	18.10	Atividade Parlamentar
567/2012-M	Antonio Russo	43,I	15.10 a 13.11	Licença Saúde
568/2012-M	Jayme Campos	43, I	20.09 a 26.09	Licença Saúde
569/2012-M	Cristovam Buarque	13	12 a 14.11	Atividade Parlamentar
570/2012-M	Garibaldi Alves	13	30.10, 31.10 e 01.11	Atividade Parlamentar
571/2012-M	Eduardo Lopes	13	30.10 a 01.11	Atividade Parlamentar
572/2012-M	Clóvis Fecury	13	30.10 a 01.11	Atividade Parlamentar
573/2012-M	Pedro Simon	43,I	29.10 a 01.11	Licença Saúde
574/2012-M	Francisco Dornelles	13	30.10, 31.10, 01.11	Atividade Parlamentar
575/2012-M	Cássio Cunha Lima	13	30.10 a 01.11	Atividade Parlamentar
576/2012-M	Wellington Dias	13	01.11	Atividade Parlamentar
577/2012-M	Paulo Bauer	13	31.10	Atividade Parlamentar
578/2012-M	Lobão Filho	43, II	30.10	Licença Particular

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha 01 a 31/10/2012

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional 01 a 31/10/2012

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	-
Conjunta Solene	03
Total	03

Resenha Consolidada 02/02 a 31/10/2012

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	05
Conjunta Solene	15
Total	20

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PLN (aprovados)	05
PRN (aprovado)	01
Retificações (aprovadas)	03
Total	09

**Sessões Realizadas
01 a 31/10/2012**

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	1º/10/2012, às 18 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar o Movimento Outubro Rosa.
Conjunta Solene	15/10/2012, às 17 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a reverenciar a vida e a trajetória política de Ulysses Guimarães.
Conjunta Solene	19/10/2012, às 14h30min (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar os 25 anos da Associação Brasileira das Editoras Universitárias – ABEU.

**Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional
01 a 31/10/2012**

Nº	Assunto
43/2012 (public. no DOU de 10/10/2012)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 576, de 15 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2012, que "Altera as Leis nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e nº 12.404, de 4 de maio de 2011, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV para Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, e ampliar suas competências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
44/2012 (public. no DOU de 19/10/2012)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 577, de 29 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 2012, que "Dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço, sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
45/2012 (public. no DOU de 19/10/2012)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 578, de 31 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que "Permite a depreciação acelerada dos veículos automóveis para transportes de mercadorias e dos vagões, locomotivas, locotratores e tênderes que menciona, previstos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
46/2012 (public. no DOU de 31/10/2012)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2012, que "Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

**Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional
01 a 31/10/2012**

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
471/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, os seguintes Avisos: - nº 1.348-Seses-TCU-Plenário, de 2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.838/2012-TCU-Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 015.861/2012-0, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; - nº 1.349-Seses-TCU-Plenário, de 2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.839/2012-TCU-Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 015.863/2012-3, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; - nº 1.369-Seses-TCU-Plenário, de 2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.902/2012-TCU-Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 007.287/2008-0, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; - nº 1.372-Seses-TCU-Plenário, de 2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.918/2012-TCU-Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 006.374/2012-3, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam; e - nº 1.374-Seses-TCU-Plenário, de 2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.914/2012-TCU, proferido nos autos do processo nº TC 025.237/2009-5, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. As matérias, publicadas no DSF de 31/10/2012, vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
470/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 492, de 2012-CN, na origem, encaminhando ao Congresso Nacional proposta de modificação do Projeto de Lei nº 52, de 2012, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R\$ 44.000.000,00, para o fim que especifica”. A mensagem será anexada ao processado do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 52, de 2012, e publicada em avisos e no DSF de 31/10/2012. O processado da matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
469/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União, o Aviso nº 1.346-Seses-TCU-Plenário, de 2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.837/2012-TCU-Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 015.860/2012-4, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. A matéria, publicada no DSF de 26/10/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
468/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, o Aviso nº 1.324-Seses-TCU-Plenário, de 2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.731/2012-TCU-Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 014.312/2007-7, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. A matéria, publicada no DSF de 26/10/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
467/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, em 23 de outubro de 2012 e publicou, no dia 24 do mês e ano, a Medida Provisória nº 585, de 2012, que “Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no exercício de 2012, com o objetivo de fomentar as exportações do País”. Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação.
466/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 138, de 2012-CN (nº 484/2012, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2012 (oriundo da Medida Provisória nº 571, de 2012), que “Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012”. Nos termos do art. 104 do Regimento Comum e da Resolução nº 1, de 2012-CN, solicita a indicação de 4 (quatro) membros dessa Casa e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o voto.
465/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 802, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, enviando o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2012. A matéria, publicada no DSF de 23/10/2012, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
464/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminhando nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 574, de 2012, que “Estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações; altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno das massas alimentícias que menciona”. À Medida foram oferecidas 39 emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 29, de 2012-CN, que conclui pelo PLV nº 22, de 2012.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
463/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União o Aviso nº 1.204-GP-TCU, de 2012, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.523/2012-TCU-Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 015.570/2011-8, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam. A matéria, publicada no DSF de 19/10/2012, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
462/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o Congresso Nacional aprovou e esta Presidência promulgou a Lei nº 12.729, de 18 de outubro de 2012, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, dos Transportes, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$ 6.843.701.650,00, para os fins que especifica”, cujas disposições foram adotadas pela Excelentíssima Senhora Presidente da República como Medida Provisória nº 573, de 27/06/2012.
460/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu os seguintes ofícios, encaminhando relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao 2º quadrimestre de 2012: <ul style="list-style-type: none"> - Ofício nº 416, de 2012, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; - Ofício nº 21.052, de 2012, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região; - Ofício nº 1.111, de 2012, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região; - Ofício nº 1040517, de 2012, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região; - Ofício nº 703, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região; - Ofício nº 1.551, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região; - Ofício nº 289, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região; - Ofício nº 620, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região; - Ofício nº 33, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região; - Ofício nº 101, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; - Ofício nº 025, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; - Ofício nº 1.090, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região; - Ofício nº 354, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região; - Ofício nº 26, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região; - Ofício nº 472, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região; - Ofício nº 012, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região; - Ofício nº 500, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região; - Ofício nº 233, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região; - Ofício nº 256, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região; - Ofício nº 202, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região; e - Ofício nº 670, de 2012, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. As proposições, publicadas no DSF de 10/10/2012, vão ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
459/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o Congresso Nacional aprovou e esta Presidência promulgou a Lei nº 12.728, de 18 de outubro de 2012, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 381.252.988,00, para os fins que especifica”, cujas disposições foram adotadas pela Excelentíssima Senhora Presidente da República como Medida Provisória nº 572, de 05/06/2012.
457/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu os Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao 2º quadrimestre de 2012, dos seguintes Órgãos: <ul style="list-style-type: none"> - Governo Federal: MCN nº 103/2012 (nº 431/2012, na origem); - Supremo Tribunal Federal: MCN nº 104/2012 (nº 65/2012, na origem); - Câmara dos Deputados: OFN nº 45/2012 (nº 2.217/2012, na origem); - Conselho da Justiça Federal: OFN nº 46/2012 (nº 04990/2012, na origem); - Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios: OFN nº 47/2012 (nº 1.380, na origem); - Tribunal Superior do Trabalho: OFN nº 48/2012 (nº 462/2012, na origem); - Conselho Nacional de Justiça: OFN nº 49/2012 (nº 350/2012, na origem); - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios: OFN nº 50/2012 (nº 36.426, na origem); - Tribunal Superior Eleitoral: OFN nº 51/2012 (nº 4.441/2012, na origem); - Superior Tribunal de Justiça: OFN nº 53/2012 (nº 1.171/2012, na origem); e - Tribunal de Contas da União: AVN nº 28/2012 (nº 1.111/2012, na origem). As proposições, publicadas no DSF de 09/10/2012, vão ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
456/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República as Mensagens nº's 110 e 137, de 2012-CN (nºs 451 a 478, de 2012, na origem), encaminhando os Projetos de Lei do Congresso Nacional nº's 27 a 54, de 2012. As matérias, publicadas em avulsos e no DSF de 17/10/2012, vão ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
454/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 107, de 2012-CN (nº 448/2012, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2012 (PL nº 6.316, de 2009, nessa Casa), que “Altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, para autorizar a instalação de lojas francas em Municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras e para aplicar penalidade aos responsáveis dos órgãos da administração direta ou indireta que dolosamente realizarem importação ao desamparo de guia de importação”. Nos termos do art. 104 do Regimento Comum e da Resolução nº 1, de 2012-CN, solicita a indicação de 4 (quatro) membros dessa Casa e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o voto.
453/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, o Ofício nº 429, de 2012, na origem, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2011. O expediente foi autuado da seguinte forma: - Ofício nº 52, de 2012-CN, publicado no DSF de 10/10/2012, que vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; e - Ofício “S” nº 22, de 2012, que vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Desenvolvimento Regional e Turismo.
452/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República as Mensagens nº's 105 e 106, de 2012-CN (nºs 445 e 446, de 2012, na origem), encaminhando os seguintes Projetos de Lei do Congresso Nacional: - PLN nº 25/2012, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2012, crédito suplementar no valor total de R\$ 155.121.207,00, em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 85.080.868,00, para os fins que especifica”; e - PLN nº 26/2012, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 1.800.000,00, para os fins que especifica”. As matérias, publicadas em avisos e no DSF de 11/10/2012, vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
451/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu os seguintes ofícios, encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao 2º quadrimestre de 2012: - Ofício nº 24, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região; - Ofício nº 153, de 2012, do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. As proposições, publicadas no DSF de 16/10/2012, vão ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
450/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, em 10 de outubro de 2012, a Medida Provisória nº 584, de 2012, que “Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016”. Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação.
449/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, em 10 de outubro de 2012, a Medida Provisória nº 583, de 2012, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 676.000.000,00, para os fins que especifica”. Nos termos do disposto no § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, a matéria foi encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
448/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 97, de 2012-CN (nº 411/2012, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2012 (oriundo da Medida Provisória nº 563, de 2012), que “Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nºs 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”. Nos termos do art. 104 do Regimento Comum e da Resolução nº 1, de 2012-CN, solicita a indicação de 4 (quatro) membros dessa Casa e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o voto.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
447/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 101, de 2012-CN (nº 424/2012, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2012 (oriundo da Medida Provisória nº 565, de 2012), que “Altera as Leis nºs 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 9.469, de 10 de julho de 1997, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.029, de 12 de abril de 1990, 10.954, de 29 de setembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; e dá outras providências”. Nos termos do art. 104 do Regimento Comum e da Resolução nº 1, de 2012-CN, solicita a indicação de 4 (quatro) membros dessa Casa e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
446/2012-CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República, nos termos do art. 67 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, a Mensagem nº 98, de 2012-CN (nº 416/2012, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 4º Bimestre de 2012. A matéria publicada no DSF de 25/09/2012, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Resenha 01 a 31/10/2012

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	
Ordinárias (ROR)	1
Extraordinárias (REX)	1
Audiências Públicas (RAP)	1
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	3

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (CÓI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	1	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	1	-

Proposições em Tramitação

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO			
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação	
		PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental	
Projetos de Lei CN (PLN)	30	4			
- Crédito Suplementar e Especial					
• Texto Original	30	4			
• Substitutivo					
- LDO/Alteração					
- LOA/Alteração					
- PPA/Revisão – Alteração					
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	01				
• Texto Original	01				
• Projeto de Lei de Conversão					
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)					
Avisos CN (AVN)	02				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU					
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2012					
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2012					
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2012					
• Arquivamento					
- Prestação de Contas					
- Parecer Prévio do Governo Federal					
- Outras Matérias	02				
Mensagens CN (MCN)	03				
- Prestação de Contas					
- Relatório de Avaliação do PPA					
- Outras Matérias	03				
Ofícios CN (OFN)	09				
- Prestação de Contas					
- Outras Matérias	09				
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)					
Proposições SF					
Requerimentos CMO (RCMO)					
Emendas	9	11			
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)					
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)					
TOTAL	54	15			

Resenha Consolidada
01/03 a 31/10/2012

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	1
Ordinárias (ROR)	13
Extraordinárias (REX)	9
Audiências Públicas (RAP)	5
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	1
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	29

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	13	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	13	-

Proposições Apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO			
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação	
		PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental	
Projetos de Lei CN (PLN)	54	11			
- Crédito Suplementar e Especial					
• Texto Original	53	10			
• Substitutivo					
- LDO/Alteração		1			
- LOA/Alteração	1				
- PPA/Revisão – Alteração					
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	8	4			3
• Texto Original					
• Projeto de Lei de Conversão					
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)					
Avisos CN (AVN)	65				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	13				
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2012					
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2012					
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2012					
• Arquivamento					
- Prestação de Contas	3				
- Parecer Prévio do Governo Federal	3				
- Outras Matérias	46				
Mensagens CN (MCN e MSG)	58				
- Prestação de Contas	8				
- Relatório de Avaliação do PPA	4				
- Outras Matérias	46				
Ofícios CN (OFN)	133				
- Prestação de Contas	30				
- Outras Matérias	103				
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	2				
Proposições SF	4				
Requerimentos CMO (RCMO)	5	3			
Emendas	4337	4218			
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)	3	3			
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)					
TOTAL	4669	4239			3

Resultados das Reuniões

01 a 31/10/2012

RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA EM 16 e 17/10/2012

LOCAL: Anexo II, Plenário 02

HORÁRIO: 14h30min

A - Relatórios:

PROJETOS DE LEI

- 1 - **PROJETO DE LEI (CN) Nº 5/12** - da Presidente da República - que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para o fim que especifica".

RELATOR: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

PARECER: voto pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

NÃO DELIBERADO.

- 2 - **PROJETO DE LEI (CN) Nº 7/12** - da Presidente da República - que "abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 14.835.000,00 (quatorze milhões, oitocentos e trinta e cinco mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

RELATOR: Deputado JOÃO PAULO LIMA.

PARECER: voto pela aprovação do projeto, nos termos do Substitutivo apresentado. Ao projeto foram apresentadas 15 (quinze) emendas. O relator, quanto as emendas, indicou para INADMISSIBILIDADE as de nºs. 1 e 3 e ofereceu voto pela APROVAÇÃO a de nº. 12, e REJEIÇÃO das demais.

NÃO DELIBERADO.

- 3 - **PROJETO DE LEI (CN) Nº 8/12** - da Presidente da República - que "abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais), para os fins que especifica".

RELATOR: Deputado OSMAR JÚNIOR.

PARECER: voto pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

NÃO DELIBERADO.

- 4 - **PROJETO DE LEI (CN) Nº 9/12** - da Presidente da República - que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 1.252.574,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais), para os fins que especifica".

RELATOR: Deputado OSMAR SERRAGLIO.

PARECER: voto pela aprovação nos termos do Substitutivo apresentado, com as alterações decorrentes da aprovação da Emenda de Relator nº 01. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

NÃO DELIBERADO.

- 5 - **PROJETO DE LEI (CN) Nº 10/12** - da Presidente da República - que "abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 802.197.850,00 (oitocentos e dois milhões, cento e noventa e sete mil, oitocentos e cinquenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.

PARECER: voto pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O relator, quanto às 5 (cinco) emendas apresentadas, ofereceu voto pela REJEIÇÃO.

APROVADO O RELATÓRIO.

- 6 - **PROJETO DE LEI (CN) Nº 11/12** - da Presidente da República - que "abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$ 136.028.187,00 (cento e trinta e seis milhões, vinte e oito mil, cento e oitenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

RELATOR: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO.

PARECER: voto pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O relator, quanto a emenda apresentada, ofereceu voto pela REJEIÇÃO.

NÃO DELIBERADO.

- 7 - **PROJETO DE LEI (CN) Nº 12/12** - da Presidente da República - que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

RELATOR: Deputado LEONARDO MONTEIRO.

PARECER: voto pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O relator, quanto as 5 (cinco) emendas apresentadas, indicou para INADMISSIBILIDADE as de nºs. 1, 2 e 3, e REJEIÇÃO das demais.

NÃO DELIBERADO.

- 8 - **PROJETO DE LEI (CN) Nº 13/12** - da Presidente da República - que "abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais), para

os fins que especifica".

RELATOR: Deputado VANDERLEI SIRAQUE.

PARECER: voto pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O relator, quanto as 5(cinco) emendas apresentadas, indicou para INADMISSIBILIDADE as de nºs. 2 e 3, e REJEIÇÃO das demais
NÃO DELIBERADO.

9 - **PROJETO DE LEI (CN) Nº 15/12** - da Presidente da República - que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Cultura e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.789.182.545,00 (um bilhão, setecentos e oitenta e nove milhões, cento e oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

RELATOR: Deputado WALDENOR PEREIRA.

PARECER: voto pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às emendas apresentadas, indicou para INADMISSIBILIDADE a de nº 1 e REJEIÇÃO das demais.
NÃO DELIBERADO.

10 - **PROJETO DE LEI (CN) Nº 20/12** - da Presidente da República - que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

RELATORA: Deputada CIDA BORGHETTI.

PARECER: voto pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.
NÃO DELIBERADO.

11 - **PROJETO DE LEI (CN) Nº 21/12** - da Presidente da República - que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.228.086.820,00 (um bilhão, duzentos e vinte e oito milhões, oitenta e seis mil, oitocentos e vinte reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

RELATOR: Deputado ZECA DIRCEU.

PARECER: voto pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada, ofereceu voto pela REJEIÇÃO.
APROVADO O RELATÓRIO.

12 - **PROJETO DE LEI (CN) Nº 23/12** - da Presidente da República - que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor global de R\$ 209.495.824,00 (duzentos e nove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e vinte e quatro reais), para os fins que especifica".

RELATOR: Deputado VANDERLEI SIRAQUE.

PARECER: voto pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada, ofereceu voto pela REJEIÇÃO.
APROVADO O RELATÓRIO.

SUBTÍTULOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

13 - **AVISO (CN) Nº 11/11** - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)".

RELATOR: Deputado MAURO LOPES.

PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

NÃO DELIBERADO.

14 - **AVISO (CN) Nº 2/12** - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 3280/2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à fiscalização para avaliar os atos direcionados à contratação das obras de construção do Campus Integrado do Instituto Nacional do Câncer - Inca (TC 030.993/2011-3)".

RELATOR: Deputado ZECA DIRCEU.

PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

NÃO DELIBERADO.

15 - **AVISO (CN) Nº 15/12** - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 1166/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à auditoria realizada na Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - Metrofor com objetivo de fiscalizar as obras de implantação do trecho sul do metrô de Fortaleza (TC 004.514/2012-2)".

RELATOR: Senador CÁSSIO CUNHA LIMA.

PARECER: pelo arquivamento da matéria..

NÃO DELIBERADO.

16 - **AVISO (CN) Nº 16/12** - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 967/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à auditoria realizada em obras de saneamento básico, custeada com recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde - FUNASA, sendo também parte do Plano de Fiscalização de Obras Públicas para o exercício de 2011 - TC 011.661/2011-9".

RELATOR: Deputado JAIME MARTINS.

PARECER: voto pela suspensão da execução física, orçamentária e financeira das obras de esgotamento sanitário no Município de Pilar, no Estado de Alagoas, objeto do Convênio nº 2386/05 (Siafi 553836) e INCLUSÃO no Anexo VI da Lei nº 12.595/2012 (LOA 2012), o Programa de Trabalho 10.512.0122.002L.0027 - Apoio a Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento - No Estado de Alagoas, vinculado à Unidade Orçamentária 36211 - Fundação Nacional de Saúde, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

NÃO DELIBERADO.

- 17 - **AVISO (CN) Nº 19/12** - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 1622/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às Obras do Canal Adutor do Sertão Alagoano (TC 006.216/2012-9)".

RELATOR: Deputado LIRA MAIA.

PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

NÃO DELIBERADO.

RELATÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO FEDERAL

- 18 - **AVISO (CN) Nº 16/11** - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese, sobre as Contas do Presidente da República, acompanhados de Votos e do Parecer Prévio Conclusivo, referentes ao exercício de 2010" (Apensados: MCN 24/2011, OFN 24/2011, MCN 25/2011, OFN 15/2011, OFN 16/2011, OFN 18/2011, OFN 19/2011, OFN 20/2011, OFN 22/2011, OFN 23/2011, OFN 21/2011 e OFN 17/2011)

RELATOR: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

PARECER: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2010 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.

NÃO DELIBERADO.

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

- 19 - **AVISO (CN) Nº 30/10** - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2590/2010 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao 1º quadrimestre de 2010, publicados pelos seguintes órgãos: Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministério Público da União, Senado Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Órgãos da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho (TC 015.493/2010-5)". (Apensados: MCN 64/2010, OFN 22/2010, MCN 65/2010, OFN 23/2010, OFN 25/2010, OFN 26/2010, OFN 27/2010, OFN 28/2010, OFN 29/2010, OFN 31/2010 e OFN 24/2010)

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA.

PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

NÃO DELIBERADO.

- 20 - **AVISO (CN) Nº 17/11** - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha, nos termos do § 3º do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), cópia do Acórdão nº 283, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF apresentados pelos Poderes e órgãos da esfera federal correspondentes ao 2º quadrimestre de 2010 (TC 028.002/2010-5)" (Apensados: OFN 41/2010, OFN 44/2010, OFN 40/2010, OFN 42/2010, OFN 43/2010, OFN 45/2010, OFN 39/2010, MCN 163/2010, MCN 164/2010, OFN 37/2010 e OFN 38/2010)

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA.

PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

NÃO DELIBERADO.

- 21 - **AVISO (CN) Nº 10/11** - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 1142, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF referentes ao 3º Quadrimestre de 2010, publicados por órgãos e entidades dos Poderes da União (TC 002.764/2011-3)". (Apensados: MCN 10/2011, OFN 3/2011, OFN 4/2011, OFN 6/2011, OFN 7/2011, OFN 8/2011, OFN 9/2011, OFN 10/2011, MCN 9/2011, OFN 5/2011 e OFN 13/2011)

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA.

PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

NÃO DELIBERADO.

- 22 - **AVISO (CN) Nº 19/11** - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 2097, de 2011 - TCU - Plenário, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 1º quadrimestre de 2011, dos Poderes e órgãos federais, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 015.497/2011-9" (Apensados: MCN 37/2011, MCN 38/2011, OFN 26/2011, OFN 27/2011, OFN 28/2011, OFN 29/2011, OFN 30/2011, OFN 31/2011, OFN 32/2011, OFN 33/2011 e OFN 34/2011)

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA.

PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

NÃO DELIBERADO.

- 23 - **AVISO (CN) Nº 11/12** - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 583/2012 - TCU - Plenário,

acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 2º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 032.431/2011-2)".
(Apensados: MCN 99/2011, MCN 100/2011, OFN 41/2011, OFN 42/2011, OFN 43/2011, OFN 44/2011, OFN 45/2011, OFN 46/2011, OFN 47/2011, OFN 48/2011, OFN 49/2011 e OFN 40/2011)

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA.

PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

NÃO DELIBERADO.

- 24 - **AVISO (CN) Nº 12/12** - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha cópia do Acórdão nº 726/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 3º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 001.801/2012-0)".
(Apensados: MCN 10/2012, OFN 5/2012, MCN 11/2012, OFN 6/2012, OFN 7/2012, OFN 8/2012, OFN 9/2012, OFN 10/2012, OFN 11/2012, OFN 12/2012, OFN 15/2012 e OFN 4/2012)

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA.

PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

NÃO DELIBERADO.

- 25 - **AVISO (CN) Nº 13/11** - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto 2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2011".
RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA.

PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

NÃO DELIBERADO.

- 26 - **AVISO (CN) Nº 1/12** - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha, em cumprimento ao art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, combinado com art. 5, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2011".
RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

NÃO DELIBERADO.

RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS

- 27 - **MENSAGEM (CN) Nº 46/10** - da Presidente da República - que "encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao primeiro quadrimestre de 2010". (Apensados: MCN 13/2011 e MCN 134/2010)
RELATOR: Deputado JOAQUIM BELTRÃO.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

NÃO DELIBERADO.

- 28 - **MENSAGEM (CN) Nº 39/11** - da Presidente da República - que "encaminha, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, fixada para o primeiro quadrimestre de 2011".
RELATOR: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

NÃO DELIBERADO.

- 29 - **MENSAGEM (CN) Nº 98/11** - da Presidente da República - que "encaminha nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do 2º Quadrimestre de 2011".
RELATOR: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

NÃO DELIBERADO.

- 30 - **MENSAGEM (CN) Nº 14/12** - da Presidente da República - que "encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao exercício de 2011".
RELATOR: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.
PARECER: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO.

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO

- 31 - **OFÍCIO (CN) Nº 2/08** - do Presidente do Banco da Amazônia - que "encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007".
RELATOR: Deputado EDIO LOPES.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

NÃO DELIBERADO.

- 32 - **OFÍCIO (CN) Nº 14/08** - do Ministro de Estado da Integração Nacional - que "encaminha ao Congresso Nacional, nos termos

do § 5º, do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007".

RELATOR: Deputado EDIO LOPES.

PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

NÃO DELIBERADO.

- 33 - **OFÍCIO (CN) Nº 37/11** - do Banco da Amazônia - que "encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010".

RELATOR: Deputado EDIO LOPES.

PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

NÃO DELIBERADO.

- 34 - **OFÍCIO (CN) Nº 42/12** - do Banco da Amazônia - que "encaminha, nos termos do parágrafo 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2011".

RELATOR: Deputado LUCIO VIEIRA LIMA.

PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

NÃO DELIBERADO.

RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

- 35 - **AVISO (CN) Nº 3/08** - do Tribunal de Contas da União - que "encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007".

RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.

PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

NÃO DELIBERADO.

OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO DE CAPITAL DE GIRO CONTRATADAS PELA CEF

- 36 - **OFÍCIO (CN) Nº 31/09** - do Caixa Econômica Federal - que "encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei 11.922/2009, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445/2008, de 06 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 de novembro de 2008". (Apensado: OFN 32/2010)

RELATOR: Deputado LEONARDO MONTEIRO.

PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

NÃO DELIBERADO.

- 37 - **OFÍCIO (CN) Nº 32/10** - do Caixa Econômica Federal - (OFN 31/2009) - que "encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 5º do art. 1º da Lei 11.922, de 13 de abril de 2009, o Volume de Contratação da Linha de Crédito Capital de Giro - 2009".

RELATOR: Deputado LEONARDO MONTEIRO.

PARECER: pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

NÃO DELIBERADO.

- 38 - **OFÍCIO (CN) Nº 33/10** - do Caixa Econômica Federal - que "encaminha, nos termos do parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008". (Apensado: OFN 1/2011)

RELATOR: Deputado LEONARDO MONTEIRO.

PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO das matérias.

NÃO DELIBERADO.

- 39 - **OFÍCIO (CN) Nº 1/11** - do Caixa Econômica Federal e Caixa Econômica Federal - (OFN 33/2010) - que "encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, o relatório de operações de contratação da Linha de Crédito de Capital de Giro - 2º semestre de 2010".

RELATOR: Deputado LEONARDO MONTEIRO.

PARECER: pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

NÃO DELIBERADO.

ATIVIDADES DA AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA - APO

- 40 - **OFÍCIO (CN) Nº 16/12** - do Autoridade Pública Olímpica - APO - que "encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica - APO referente ao 2º semestre de 2011".

RELATOR: Deputado LEONARDO MONTEIRO.

PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.

NÃO DELIBERADO.

RELATÓRIOS EM ATENDIMENTO À LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE (LEI 11438/2006)

41 - **OFÍCIO (CN) Nº 51/11** - do Ministério do Esporte - que "encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte".
RELATORA: Deputada CIDA BORGHETTI.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.
NÃO DELIBERADO.

42 - **OFÍCIO (CN) Nº 32/12** - do Ministério do Esporte - que "encaminha ao Congresso Nacional Relatório contendo os projetos que no exercício de 2011 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte".
RELATORA: Senadora VANESSA GRAZZIOTIN.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria.
NÃO DELIBERADO.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

43 - **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (CN) Nº 1/10** - do Sr. Otávio Leite
RELATOR: Deputado RENATO MOLLING.
PARECER: voto pelo ARQUIVAMENTO da matéria, por perda de objeto.
NÃO DELIBERADO.

MENSAGENS DO SENADO FEDERAL

44 - **MENSAGEM (SF) Nº 190/09** - do Presidente do Supremo Tribunal Federal - que "encaminha ao Senado Federal Relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde".
RELATOR: Senador SÉRGIO PETECÃO.
PARECER: pelo arquivamento da matéria..
NÃO DELIBERADO.

B - Requerimentos:

45 - **REQUERIMENTO Nº 3/12** - do Sr. Paulo Paim - que "requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real de aposentadorias e pensões, do Regime Geral de Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento - CMO"
NÃO DELIBERADO.

B1 - Requerimento sobre a Mesa

46 - **REQUERIMENTO Nº 38/12** - do Senador Flexa Ribeiro - (PLN 10/2012) - que "requer inversão de dos itens da Pauta nº 22, passando-se a imediata apreciação do item nº 5, PLN 10/2012 CN. Autoria do Senador Flexa Ribeiro".
APROVADO

RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM 30/10/2012

A - Audiência Pública:

Reunião de Audiência Pública.

Convidado: Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Aparecida Belchior.

Assunto: para debate e esclarecimentos acerca da Proposta Orçamentária para 2013 - Projeto de Lei nº 24/2012-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013", em atendimento ao art. 29 da Resolução nº 1/2006-CN.

LOCAL: Anexo II, Plenário 02

HORÁRIO: 14h30min

RESULTADO DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA EM 30 e 31/10/2012

A - Reunião Deliberativa:

A - Apreciação da Ata da seguinte Reunião:
13ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 16 e 17/10/2012.
APROVADA

LOCAL: Anexo II, Plenário 02
HORÁRIO: 14h

A - Relatórios:

01) Relatório da Receita apresentado ao Projeto de Lei nº 24 /2012-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013", (PLOA 2013).

Relator da Receita: Deputado Cláudio Puty
Foram apresentadas 2 emendas de renúncia de receita
Voto: pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2013, no que concerne à estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das 12 emendas apresentadas pelo Relator da Receita e pela rejeição das demais emendas.

APROVADO O RELATÓRIO

02) Projeto de Lei nº 05/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para o fim que especifica.”

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Não foram apresentadas emendas
Voto: favorável, nos termos do projeto.

NÃO DELIBERADO

03) Projeto de Lei nº 07/2012-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 14.835.000,00 (quatorze milhões, oitocentos e trinta e cinco mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado João Paulo Lima
Foram apresentadas 15 emendas
Voto: Favorável, nos termos do substitutivo apresentado com aprovação da emenda nº 12, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nº's 1 a 3 e rejeição das demais.

NÃO DELIBERADO

04) Projeto de Lei nº 08/2012-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Osmar Júnior
Não foram apresentadas emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto.

NÃO DELIBERADO

05) Projeto de Lei nº 09/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 1.252.574,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Osmar Serraglio
Não foram apresentadas emendas
Voto: Favorável, nos termos do Substitutivo apresentado.

NÃO DELIBERADO

06) Projeto de Lei nº 11/2012-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R\$ 136.028.187,00 (cento e trinta e seis milhões, vinte e oito mil, cento e oitenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Paulo Rubem Santiago
Foi apresentada 1 emenda
Voto: Favorável, nos termos do projeto, pela rejeição da emenda.

NÃO DELIBERADO

07) Projeto de Lei nº 12/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Foram apresentadas 5 emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nº's 1 a 3 e pela rejeição das demais.

NÃO DELIBERADO

08) Projeto de Lei nº 13/2012-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Vanderlei Siraque
Foram apresentadas 5 emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nº's 2 e 3 e pela rejeição das demais.

NÃO DELIBERADO

09) Projeto de Lei nº 15/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Cultura e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.789.182.545,00 (um bilhão, setecentos e oitenta e nove milhões, cento e oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Waldenor Pereira
Foram apresentadas 4 emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 1 e rejeição das demais.

APROVADO O RELATÓRIO

10) Projeto de Lei nº 20/2012-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Relatadora: Deputada Cida Borghetti
Não foram apresentadas emendas
Voto: Favorável, nos termos do projeto.

NÃO DELIBERADO

II) Subtítulos com indício de irregularidades graves:

11) Aviso nº 11/2011-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)".

Relator: Deputado Mauro Lopes
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

12) Aviso nº 02/2012-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 3280/2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à fiscalização para avaliar os atos direcionados à contratação das obras de construção do Campus Integrado do Instituto Nacional do Câncer – Inca".

Relator: Deputado Zeca Dirceu
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

13) Aviso nº 15/2012-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1166/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à auditoria realizada na Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - Metrofor com objetivo de fiscalizar as obras de implantação do trecho sul do metrô de Fortaleza".

Relator: Senador Cássio Cunha Lima
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

14) Aviso nº 16/2012-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 967/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à auditoria realizada em obras de saneamento básico, custeada com recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde - FUNASA, sendo também parte do Plano de Fiscalização de Obras Públicas para o exercício de 2011 - TC 011.661/2011-9".

Relator: Deputado Jaime Martins
Não foram apresentadas emendas
Voto: pela suspensão da execução física, orçamentária e financeira das obras de esgotamento sanitário no Município de Pilar, no Estado de Alagoas, objeto do Convênio nº 2386/05 (Siafi 553836) e INCLUSÃO no Anexo VI da Lei nº 12.595/2012 (LOA 2012), o Programa de Trabalho 10.512.0122.002L.0027 - Apoio a Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento - No Estado de Alagoas, vinculado à Unidade Orçamentária 36211 - Fundação Nacional de Saúde, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

NÃO DELIBERADO

15) Aviso nº 19/2012-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1622/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às Obras do Canal Adutor do Sertão Alagoano (TC 006.216/2012-9)".

Relator: Deputado Lira Maia
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

16) Aviso nº 21/2012-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1938/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às obras de implantação e pavimentação do Lote 2 da BR - 080, no Estado do Goiás (TC 004.762/2012-6)".

Relator: Senador Flexa Ribeiro
Não foram apresentadas emendas
Voto: pela INCLUSÃO no Anexo VI da Lei Orçamentária Anual que trata dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves a programação orçamentária 26.782.2075.7E79.0052 / 2012 – Construção de Trecho Rodoviário na BR-080 – No Estado de Goiás, da unidade orçamentária 39252 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, no que diz respeito ao Termo de Compromisso TT 290/2007-00, celebrado entre o Dnit e a Agência Goiana de Transportes e Obras – Agetop, Lote 2 (segmento entre o km 234,96 e o km 306,20) da rodovia federal BR-080/GO, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

NÃO DELIBERADO**III) Contas do Governo:**

17) Aviso nº 16/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese, sobre as Contas do Presidente da República, acompanhados de Votos e do Parecer Prévio Conclusivo, referentes ao exercício de 2010".

Mensagem nº 24/2011-CN, que "Encaminha, nos termos dos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o volume anexo que comprehende as contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2010".

Ofício nº 24/2011-CN, que "Encaminha o Relatório das Contas do Presidente do Senado Federal - exercício 2010".

Mensagem nº 25/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56, da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2010".

Ofício nº 15/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do § 1º do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, referentes ao exercício de 2010".

Ofício nº 16/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça Militar da União, referentes ao exercício de 2010".

Ofício nº 18/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como do art. 101 da Lei nº 12.309/2010, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, referentes ao exercício de 2010".

Ofício nº 19/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Distrito Federal e Territórios, referente ao exercício financeiro de 2010".

Ofício nº 20/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referentes ao exercício financeiro de 2010".

Ofício nº 22/2011-CN, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Contas da Justiça Eleitoral referente ao exercício financeiro de 2010".

Ofício nº 23/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Contas do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, referente ao exercício de 2010".

Ofício nº 21/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao exercício de 2010”.

Ofício nº 17/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do § 3º do art. 23 da Lei Complementar nº 75/1993, no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 101 da Lei nº 12.017/2009, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2010”.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti

Não foram apresentadas emendas

Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2010 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.

NÃO DELIBERADO

IV) Relatório de Gestão Fiscal:

18) Aviso nº 30/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2590/2010 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao 1º quadrimestre de 2010, publicados pelos seguintes órgãos: Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministério Público da União, Senado Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Órgãos da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho (TC 015.493/2010-5)”.

Mensagem nº 64/2010-CN, que, “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 22/2010-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao primeiro Quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 24/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010”.

Mensagem nº 65/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2010 do Supremo Tribunal Federal”.

Ofício nº 25/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, conforme estabelece o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2010, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Conselho Nacional de Justiça”.

Ofício nº 26/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao primeiro quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 27/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e de acordo com o art. 119 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 1º Quadrimestre do exercício de 2010”.

Ofício nº 28/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal Militar, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010”.

Ofício nº 29/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010”.

Ofício nº 31/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 1º quadrimestre de 2010, conforme determina o art. 122 da Lei nº 12.017, de 2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

Ofício nº 23/2010, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento de determinação expressa no art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de maio de 2009 a abril de 2010.”

Relatadora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

19) Aviso nº 17/2011-CN, que “Encaminha, nos termos do § 3º do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), cópia do Acórdão nº 283, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF apresentados pelos Poderes e órgãos da esfera federal correspondentes ao 2º quadrimestre de 2010 (TC 028.002/2010-5)”.

Mensagem nº 163/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 38/2010-CN, que “Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Segundo Quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 37/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do disposto no caput do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12/08/2009 (LDO/2010), e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.

Mensagem nº 164/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2010, de que trata o artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 24 de maio de 2000”.

Ofício nº 40/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2010, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 do Conselho Nacional de Justiça”.

Ofício nº 43/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 - LDO/2010, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 45/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e de acordo com o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 2º Quadrimestre do exercício de 2010”.

Ofício nº 42/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do Art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101/2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.

Ofício nº 41/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.

Ofício nº 44/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei 12.017 de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 2º quadrimestre de 2010”.

Ofício nº 39/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309 de 9 de agosto de 2010, os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2009 a agosto de 2010”.

Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

20) Aviso nº 10/2011-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1142, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF referentes ao 3º Quadrimestre de 2010, publicados por órgãos e entidades dos Poderes da União (TC 002.764/2011-3)".

Mensagem nº 9/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 11.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010".

Ofício nº 3/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal referente ao Terceiro Quadrimestre de 2010".

Ofício nº 4/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no caput do art. 122 da Lei 12.017, de 12/8/2009 (LDO/2010), e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010".

Mensagem nº 10/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2010".

Ofício nº 6/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao Terceiro Quadrimestre de 2010".

Ofício nº 9/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao terceiro quadrimestre de 2010".

Ofício nº 10/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de acordo com o art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao terceiro quadrimestre de 2010".

Ofício nº 7/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010".

Ofício nº 8/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 12.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho referente ao período de janeiro a dezembro de 2010".

Ofício nº 13/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 3º quadrimestre de 2010, conforme determina o art. 122 da Lei nº 12.017/2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias".

Ofício nº 5/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cumprindo determinação expressa no art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes ao período de janeiro a dezembro de 2010".

Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

21) Aviso nº 19/2011-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 2097, de 2011 - TCU - Plenário, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 1º quadrimestre de 2011, dos Poderes e órgãos federais, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 015.497/2011-9".

Mensagem nº 37/2011-CN, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril de 2011, conforme disposto no art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010."

Ofício nº 33/2011-CN, que "Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2011".

Ofício nº 26/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do caput do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO/2011), e do inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao 1º quadrimestre de 2011".

Mensagem nº 38/2011-CN, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao primeiro quadrimestre de 2011, em vista do que estabelece o artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e o artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000".

Ofício nº 28/2011-CN, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, em vista do que estabelece o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000".

Ofício nº 31/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao 1º quadrimestre de 2011".

Ofício nº 32/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao primeiro quadrimestre do exercício de 2011".

Ofício nº 30/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, para o período de maio de 2010 a abril de 2011, da Justiça Militar da União".

Ofício nº 29/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de maio de 2010 a abril de 2011".

Ofício nº 34/2011-CN, que "Encaminha, conforme determina o art. 121 da Lei nº 12.309/2010 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 1º quadrimestre de 2011".

Ofício nº 27/2011-CN, que "Encaminha os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de maio de 2010 a abril de 2011".

Relatora: Senadora Ângela Portela
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

22) Aviso nº 11/2012-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 583/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 2º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 032.431/2011-2)".

Mensagem nº 99/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a agosto de 2011".

Ofício nº 41/2011-CN, que "Aprova, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e parágrafo único, e 55, inciso I, alínea "a" e no § 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2011".

Ofício nº 40/2011-CN, que "Encaminha, nos termos no caput do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO/2011), e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011".

Mensagem nº 100/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000".

Ofício nº 43/2011-CN, que "Encaminha, em vista do que estabelece o art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao 2º quadrimestre de 2011 de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000".

Ofício nº 45/2011-CN, que "Encaminha, em cumprimento ao artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao segundo quadrimestre de 2011".

Ofício nº 47/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao segundo quadrimestre do exercício de 2011".

Ofício nº 46/2011-CN, que "Encaminha, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, do período de setembro de 2010 a agosto de 2011, nos termos do art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101 de 04 de maio de 2000".

Ofício nº 42/2011-CN, que "Encaminha, em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011".

Ofício nº 48/2011-CN, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, referente ao 2º quadrimestre de 2011, conforme determina o art. 121 da Lei n. 12.309 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 9 de agosto de 2010".

Ofício nº 44/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011".

Ofício nº 49/2011-CN, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 121 da Lei nº 12.309/2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/02, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios relativo ao 2º quadrimestre de 2011".

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

23) Aviso nº 12/2012-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 726/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 3º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 001.801/2012-0)".

Mensagem nº 10/2012-CN, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 121 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010".

Ofício nº 4/2012-CN, que "Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2011".

Ofício nº 5/2012-CN, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao período de janeiro a dezembro de 2011."

Mensagem nº 11/2012-CN, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000".

Ofício nº 8/2012-CN, que "Encaminha os demonstrativos da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar, que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional do Ministério Público, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2011".

Ofício nº 9/2012-CN, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2011, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000 do Conselho Nacional de Justiça".

Ofício nº 11/2012-CN, que "Encaminha, em cumprimento ao artigo 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 - LDO/2011, cópia do Relatório de Gestão do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao terceiro quadrimestre de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2012".

Ofício nº 15/2012-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme exigência do art. 54 da lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao 3º quadrimestre de 2011".

Ofício nº 7/2012-CN, que "Encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000".

Ofício nº 12/2012-CN, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 3º quadrimestre de 2011, conforme determina o art. 121 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 - Lei de Diretrizes Orçamentárias".

Ofício nº 6/2012-CN, que "Encaminha os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com o art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011".

Ofício nº 10/2012-CN, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, relativo ao 3º quadrimestre de 2011, em cumprimento ao disposto no art. 121 da Lei nº 12.309, de 2010".

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

24) Aviso nº 13/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto 2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2011".

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

25) Aviso nº 1/2012-CN, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, combinado com art. 5, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2011".

Relatora: Senadora Ângela Portela

Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

V) Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais:

- 26)** Mensagem nº 46/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao primeiro quadrimestre de 2010".
Mensagem nº 134/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao segundo quadrimestre de 2010".
Mensagem nº 13/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 129 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, para o terceiro quadrimestre de 2010".

Relator: Deputado Joaquim Beltrão
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

- 27)** Mensagem nº 39/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, fixada para o primeiro quadrimestre de 2011".

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

- 28)** Mensagem nº 98/2011-CN, que "Encaminha nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do 2º Quadrimestre de 2011".

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

- 29)** Mensagem nº 14/2012-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao exercício de 2011".

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

VI) Demonstrações Contábeis dos Fundos Constitucionais de Financiamento:

- 30)** Ofício nº 02/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Edio Lopes
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

- 31)** Ofício nº 14/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º, do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Edio Lopes
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

- 32)** Ofício nº 37/2011-CN, que "Encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010".

Relator: Deputado Edio Lopes
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

- 33)** Ofício nº 42/2012-CN, que "Encaminha, nos termos do parágrafo 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2011".

Relator: Deputado Lúcio Vieira Lima
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

- 34)** Ofício nº 43/2012-CN, que "Encaminha o Relatório de Resultados e Impacts - Exercício de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, o Parecer Conjunto nº 13/SFRI/SUDENE/MI, de 28/06/2012, e a Resolução CONDEL nº 053, de 13/07/2012, que aprovou o referido relatório".

Relator: Deputado João Paulo Lima
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

VII) Atividades do Tribunal de Contas da União:

- 35)** Aviso nº 03/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Hugo Motta
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

- 36)** Aviso nº 9/2012-CN, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, O RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2012".

Relator: Deputado João Leão
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

- 37)** Aviso nº 26/2012-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2012".

Relator: Deputado João Leão
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO**VIII) Operações Contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro:**

38) Ofício nº 31/2009-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei 11.922/2009, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445/2008, de 06 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 de novembro de 2008”.

Ofício nº 32/2010-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 5º do art. 1º da Lei 11.922, de 13 de abril de 2009, o Volume de Contratação da Linha de Crédito Capital de Giro - 2009”.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

39) Ofício nº 33/2010-CN, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008.”

Ofício nº 01/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, o relatório de operações de contratação da Linha de Crédito de Capital de Giro - 2º semestre de 2010”.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO**IX) Atividades da Autoridade Pública Olímpica (APO):**

40) Ofício nº 16/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 2011, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica - APO referente ao 2º semestre de 2011”.

Relator: Deputado Leonardo Monteiro
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO**X) Relatórios em atendimento à Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006):**

41) Ofício nº 51/2011-CN, que “Encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.

Relatora: Deputada Cida Borghetti
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO

42) Ofício nº 32/2012-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional Relatório contendo os projetos que no exercício de 2011 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.

Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO**XI) Projeto de Decreto Legislativo:**

43) Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2010-CN, de autoria do Deputado Otavio Leite, que “Altera o Anexo VI (“Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves”) da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010”.

Relator: Deputado Renato Molling
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO**XII) Mensagem do Senado Federal:**

44) Mensagem nº 190-A/2009-SF, que “Encaminha ao Senado Federal relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde”.

Relator: Senador Sérgio Petecão
Voto: pelo arquivamento da matéria.

NÃO DELIBERADO**C – Requerimento:**

45) Requerimento nº 03/2012-CMO, que “Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO”.

Autor: Senador Paulo Paim

NÃO DELIBERADO

B.2 – Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC

Resenha 01 a 31/10/2012

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	-
Reuniões	02
Total	02

Proposições	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	01
Total	01

Resenha Consolidada 10/04 a 31/10/2012

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	01
Reuniões	14
Total	15

Proposições	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	09
Total	09

Resultados das Reuniões

01 a 31/10/2012

14ª Reunião realizada em 17 de outubro de 2012

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto/Finalidade:

Audiência pública para debater:

Discussão de temas de política nacional relacionados à mudança do clima, com vistas à COP-18.

Convidados:

- Senhor **Adriano Santhiago de Oliveira**

Secretário Substituto da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental - Ministério do Meio Ambiente - MMA

- Senhor **Sanderson Alberto Medeiros Leitão**

Coordenador-Geral de Mudanças Globais do Clima - CGMC - Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT

- Senhor **André Odenbreit Carvalho**

Chefe da Divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química - DCLIMA - Ministério das Relações Exteriores - MRE

- Senhora **Fernanda Viana de Carvalho**

Coordenadora de Políticas de Clima/The Nature Conservancy – Brasil

- Senhora **Erika de Paula Pedro Pinto**

Gerente Regional e Pesquisadora do Programa de Mudanças Climáticas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM.

Resultado: Audiência Pública realizada.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO N° 9, DE 2012-CMMC

Requeiro, nos termos regimentais, a participação dos membros desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, na 18ª Conferência das Nações Unidas para o Clima (COP 18), que ocorrerá em Doha, no Qatar, entre os dias 26 de novembro a 7 de dezembro do corrente ano, e terá a presença de representantes de 190 países.

Autoria: Deputado Márcio Macedo e Senador Sérgio Souza

Resultado: Aprovado.

15ª Reunião realizada em 31 de outubro de 2012

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto/Finalidade:

Discussão de Planos Setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima, em conformidade com o Plano de Trabalho desta Comissão aprovado em 2012:

- PPCDAm (Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia);
- PPCerrado (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado); e
- Plano ABC (Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono).

Convidados:

- **Adriano Santhiago de Oliveira**

Coordenador do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente - MMA;

- **Alaor Moacyr Dall'Antonia Júnior**

Coordenador-Geral de Agrometeorologia - CGA/INMET do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; e

- **Carlos Ritti**

Coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia - WWF Brasil.

Resultado: Audiência pública realizada.

Brasília, 31 de outubro 2012

Secretaria da Comissão

C - SECRETARIA DE COMISSÕES**C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas

01 a 31/10/2012**REUNIÕES**

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	9
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	19
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	2
REUNIÕES CONJUNTAS	2
TOTAL	32

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS *	TOTAL**
CAE	2	1	1	4
CAS	-	3	-	3
CCJ	1	1	-	2
CE	1	4	-	5
CMA	1	-	1	2
CDH	-	5	1	6
CRE	1	-	-	1
CI	-	2	1	3
CDR	1	-	-	1
CRA	-	1	-	1
CCT	-	2	-	2
CMMC	2	-	-	2
TOTAL	9	19		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas

(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

(1) Reunião iniciada em 25/09/2012. Não incluída por ter sido suspensa.

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (**), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	REUNIÕES	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS	TOTAL
CAS – Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CAS FGTS	1	-	1
CI – Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	1	-	1
TOTAL		2	

(***) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

REUNIÕES CONJUNTAS	
NÚMERO DA REUNIÃO CONJUNTA	COMISSÕES E SUBCOMISSÕES
29 ^a	CMA (41 ^a) e CDH (58 ^a)
30 ^a	CAE (48 ^a) e CI (28 ^a)
TOTAL DE REUNIÕES CONJUNTAS = 2	

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	-
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	1
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	-
Comissão de Educação – CE	3
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	-
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	5
Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	-
Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	-
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	-
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	-
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	1
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	2
TOTAL	12

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
TOTAL	-

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CAE e CI	1
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CMA e CDH	1
TOTAL	2

TOTAL GERAL DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	14
---	-----------

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES												
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	TOTAL
PLS	5	8	-	5	3	-	-	4	-	-	1	-	26
PLC	1	2	2	4	-	-	-	1	1	-	1	-	12
PDS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	-	42
RQS	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3
MSF	9	-	2	-	-	-	3	-	-	-	-	-	14
DIV	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	15	11	4	9	3	-	6	5	1	-	44	-	98

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	13
PLC	5
PDS	42
TOTAL	60

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	13
PLC	7
RQS	3
MSF	14
DVS	1
TOTAL	38

**REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES
E SUBCOMISSÕES**

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES												
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	TOTAL
5	5	-	6	3	19	-	2	1	-	-	1	42
REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES												
Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil – CISTAC (CI)												1
TOTAL DE REQUERIMENTOS DE SUBCOMISSÕES												1
TOTAL DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES												43

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	42
TOTAL	42

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovados	1
TOTAL	1

**MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES
PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO**

Requerimento de Urgência	10
TOTAL	10

RELATÓRIO ACUMULADO NO PERÍODO DE 02/02 A 31/10/2012

Reuniões Realizadas e Proposições Apreciadas

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	96
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	275
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	53
REUNIÕES CONJUNTAS	30
TOTAL ACUMULADO	454

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS *	TOTAL**
CAE	19	18	11	48
CAS	-	35	4	39
CCJ	24	13	3	40
CE	19	25	1	45
CMA	4	28	9	41
CDH	-	54	5	59
CRE	17	18	5	40
CI	-	21	8	29
CDR	3	12	2	17
CRA	-	25	-	25
CCT	-	22	3	25
CMMC	10	4	1	15
TOTAL ACUMULADO	96	275		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas

(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (*), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	REUNIÕES	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS	TOTAL
CAS - Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP	5	-	5
CAS - Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CASFGTS	8	-	8
CCJ - Permanente de Segurança Pública – CCJSSP	3	-	3
CMA - Subcomissão Permanente da Água – CMAGUA	6	-	6
CMA - Temporária para Acompanhar a Execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE	4	-	4
CMA - Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CMARIO20	-	4	4
CDH - Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM	1	-	1
CDH - Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP	1	-	1
CRE - Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE+20	-	4	4
CRE - Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF	1	-	1
CI - Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	21	-	21
CDR - Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN	1	-	1
CDR - Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016. - CDRCOOL	2	-	2
TOTAL ACUMULADO	53		

(*) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

REUNIÕES CONJUNTAS		
NÚMERO DA REUNIÃO CONJUNTA	COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	TOTAL
1 ^a , 4 ^a e 8 ^a	CAS e CDH	3
2 ^a e 26 ^a	CI e CMA	2
3 ^a , 7 ^a , 12 ^a , 15 e 17 ^a	CRER+20 e CMARIO20	5
5 ^a	CMA, CCT e CRE	1
6 ^a e 22 ^a	CRE e CMA	2
9 ^a e 10 ^a	CCJ e CAE	2
11 ^a , 16 ^a , 27 ^a e 30 ^a	CI e CAE	4
13 ^a	CCT e CI	1
14 ^a	CRE e CE	1
18 ^a	CAE e Com.Mista.MPV 567	1
19 ^a	CMMC e CRE	1
20 ^a	CAE, CI e CDR	1
21 ^a	CAE, CMA, CMO e três Comissões da Câmara dos Deputados	1
23 ^a	CAE, CCJ e CDR	1
24 ^a	CAE e CAS	1
25 ^a	CCT e CMA	1
28 ^a e 29 ^a	CMA e CDH	2
TOTAL ACUMULADO DE REUNIÕES CONJUNTAS = 30		

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	6
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	9
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	4
Comissão de Educação – CE	22
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA	17
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	49
Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	18
Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	1
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	3
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	12
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	8
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	10
TOTAL ACUMULADO	159

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
CAS – Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social - CASEMP	4
CAS – Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CASFGTS	4
CCJ – Permanente de Segurança Pública – CCJSSP	1
CMA – Permanente da Água – CMAGUA	5
CMA – Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE	3
CDH – Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM	1
CI – Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC	18
TOTAL ACUMULADO	36

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CI e CMA	2
Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas e Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CRER+20 (CRE) e CMARIO20 (CMA)	5
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Assuntos Sociais – CDH e CAS	3
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CMA, CCT e CRE	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CRE e CMA	2
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Econômicos – CCJ e CAE	2
Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Assuntos Econômicos – CI e CAE	4
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CCT e CI	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CRE e CE	1
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE - e Comissão Mista da Medida Provisória nº 567, de 2012	1
Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CAE, CI e CDR	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão Mista de Mudanças Climáticas – CRE e CMMC	1
Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CAE, CMA e CMO (Senado Federal) e 3 Comissões da Câmara dos Deputados: Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CDEIC, CFT e CFFC	1
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CCJ, CAE e CDR	1
Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Assuntos Sociais – CAE e CAS	1
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CCT e CMA	1
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CMA e CDH	2
TOTAL ACUMULADO	30
TOTAL GERAL ACUMULADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	225

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES													TOTAL
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC		
PEC	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
PLS	49	85	16	41	22	22	2	18	14	9	14	-	-	292
ECD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
SCD	2	1	2	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	8
PLC	12	15	34	72	5	4	5	6	1	2	6	-	-	162
PDS	1	1	-	-	-	-	29	-	-	-	496(*)	-	-	527
PRS	2	-	4	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
RQS "SF"	-	-	1	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	16
IND	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PFS	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
EMEN PLEN	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
MSF	52	-	5	-	1	-	21	2	-	-	-	-	-	81
OFS"S"	-	1	3	1	2	-	-	2	1	-	-	-	-	10
OCS	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
DIV	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
AVS	3	1	-	-	2	-	-	-	1	4	1	-	-	12
AMA	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	10
SUG	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	9
DAS	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
REP.	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL ACUMULADO	121	107	83	122	47	36	72	28	17	16	517	-	1166	

(*) Número retificado. Foram excluídos 2 (dois) Projetos de Decreto Legislativo incluídos no mês de setembro.

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	129
PLC	76
PDS	496
TOTAL ACUMULADO	701

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PEC	12
PLS	163
ECD	1
SCD	8
PLC	86
PDS	31
PRS	13
RQS "SF"	16
IND	1
PFS	3
EMEN PLEN	5
MSF	81
OFS "S"	10
OCS	1
DIV	1
AVS	12
AMA	10
SUG	9
DAS	1
REP	1
TOTAL ACUMULADO	465

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES												
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	TOTAL ACUMULADO
34	61	28	48	69	124	24	41	22	28	33	9	521
REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES												
CAS – Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP												1
CCJ – Permanente de Segurança Pública – CCJSSP												8
CMA – Subcomissão Permanente da Água – CMAGUA												2
CDH – Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM												1
CI - Temporária sobre Aviação Civil – CISTAC												3
CDR - Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016. – CDRCOOL												2
TOTAL ACUMULADO												17
TOTAL ACUMULADO DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES												538

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	509
Rejeitados	10
Prejudicados	02
TOTAL ACUMULADO	521

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovados	16
Rejeitado	1
TOTAL ACUMULADO	17

**MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES
PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO**

Requerimento de Urgência	76
Requerimento de Tramitação Autônoma	1
Requerimento de Tramitação Conjunta	1
Requerimento de Informações	8
Requerimento de Autorização para Representação do Senado Federal	1
Requerimento de Sobrestamento de Matéria	1
Requerimento de Voto de Pesar	2
Requerimento de Voto de Solidariedade e Apoio	1
Proposta de Emenda à Constituição	1
Projeto de Lei do Senado	4
Projeto de Decreto Legislativo	2
Indicação	1
TOTAL ACUMULADO	99

**RELATÓRIOS APROVADOS PELAS SUBCOMISSÕES
A SEREM APRECIADOS PELA RESPECTIVA COMISSÃO
(Art. 73 § 2º do RISF)**

CAS - Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CASFGTS	1
TOTAL ACUMULADO	1

**EMENDAS APRESENTADAS À COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMQ**

EMENDAS APROVADAS AO PL Nº 3/2012-CN (PLDO/2013)												
TIPO/ COMISSÃO	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	TOTAL
METAS	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	55
TEXTO	13	13	13	5	39	10	22	4	3	7	10	139
TOTAL ACUMULADO	18	18	18	10	44	15	27	9	8	12	15	194

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DAS COMISSÕES PERMANENTES 01 a 31/10/2012

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- COMISSÕES PERMANENTES -

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

• Dia 30 de outubro

Finalidade:

Discutir sobre recente medida da ANS de suspender a venda de 268 planos de saúde.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RAS 52/2012](#), Senador Ricardo Ferraço

Participante:

• **Mauricio Ceschin** - Diretor-Presidente - Agência Nacional de Saúde – ANS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CE)

• Dia 17 de outubro

Finalidade:

Educação Básica: Responsabilidade do Governo Federal?

Participantes:

• **Luiz Valter de Lima** - Dirigente - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação Undime - Secretário de Educação - Município de Camaçari - BA

• **Dermeval Saviani** - Educador e Filósofo - Faculdade de Educação da Universidade de Campinas - Unicamp

• Dia 30 de outubro

Finalidade:

“Apresentação das políticas e diretrizes do Ministério da Cultura”

Participante:

• **Marta Suplicy** - Ministra de Estado - Ministério da Cultura - MinC

• Dia 31 de outubro

Finalidade:

Educação Básica: Responsabilidade do Governo Federal?

Participantes:

• **Marta Teresa da Silva Arretche** - Professora - Faculdade de Ciência Política da Universidade de São Paulo - USP

• **Mariza Abreu** - Representante - Confederação Nacional de Municípios – CNM - Consultora em Educação

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH)

• Dia 15 de outubro

Finalidade:

Debater a modificação do prazo de duração dos mandatos sindicais e alterar critérios para eleições nas organizações sindicais, além de outras providências.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RDH 107/2012](#), Senador Paulo Paim

Participantes:

• **Mauro Rodrigues de Souza** - Coordenador-Geral de Relações do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego - [MTE](#)

(representante de: Carlos Daudt Brizola)

• **Pedro Delarue Tolentino Filho** - Presidente - Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - [FONACATE](#)

• **Nelson de Miranda Osório** - Diretor Financeiro - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - [COBAP](#)

(representante de: Warley Martins Gonçalves)

• **José Calixto Ramos** - Presidente - Nova Central Sindical dos Trabalhadores - [NCST](#)

• **João Luiz Torres** - Secretário Executivo - União Geral dos Trabalhadores - [UGT](#)

(representante de: Ricardo Patah)

• **Antônio José Francisco P. dos Santos** - Diretor de Formação Profissional e Residência Médica – Federação Nacional dos Médicos - [FENAM](#)

(representante de: Geraldo Ferreira Filho)

• **Jacy Afonso de Melo** - Secretário Nacional de Organização - Central Única dos Trabalhadores

(representante de: Vagner Freitas de Moraes)

• **Arthur Bueno de Camargo** - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação e Afins

(representante de: Lourenço Ferreira do Prado)

• **Joilson Antônio Cardoso** - Secretário - Políticas e Relações Institucionais da [CTB](#)

• **Jairo Santos Silva Carneiro** - Presidente - Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul

• Dia 16 de outubro

Finalidade:

Debater as demissões nas montadoras de veículos.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RDH 102/2012](#), Senador Paulo Paim

Participantes:

• **Marcos Alves de Souza** - Diretor de Administração de Pessoal da Mercedes-Benz do Brasil

(representante de: Fernando Fontes Garcia)

• **Adauto Duarte** - Presidente da Comissão de Relações Industriais da [ANFAVEA](#)

(representante de: Cledorvino Belini)

• **Mauro Rodrigues de Souza** - Coordenador-Geral de Relações do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego - [MTE](#)

(representante de: Manoel Messias Nascimento Melo)

• **Antonio Ferreira de Barros** - Presidente - Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região

• **Luiz Moan** - Diretor - Assuntos Institucionais da Montadora General Motors do Brasil

• **José Maria de Almeida** - Membro - Coordenação Nacional da CSP-Conlutas

• **João Alceu da Cunha** - Diretor de Recursos Humanos da Renault do Brasil

(representante de: Antonio Calcanhoto)

• **Carlos Ogliari** - Diretor - Recursos Humanos e Assuntos Corporativos da Volvo

• Dia 18 de outubro

Finalidade:

Debater os nove anos do Estatuto do Idoso

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RDH 112/2012](#), Senador Paulo Paim

Participantes:

• **Paulo José Zanetti** - Diretor Institucional - Sindicato dos Aposentados da Força Sindical

(representante de: João Batista Inocentini)

• **Ana Amélia Camarano** - Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - [Ipea](#)

(representante de: Jorge Abrahão de Castro)

• **Vicente Faleiros** - Professor e Pesquisador na Área do Envelhecimento

- **Rubens Romano** - Presidente - Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da UGT
- **João Florêncio Pimenta** - Presidente - Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do DF e Região do Entorno
- **Edson Guilherme Haubert** - Presidente - Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas - MOSAP
- **Karla Cristina Giacomin** - Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
- **Isa Musa** - Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil
- **Sílvio José Albuquerque e Silva** - Chefe da Divisão de Temas Sociais - Itamaraty
(representante de: Gláucia Gauch)
- **Ricardo Quirino dos Santos** - Secretário - Secretaria do Idoso do Distrito Federal
- **Cid Roberto Bertozzo Pimentel** - Diretor - Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social
- **José Pedro de Castro Barreto** - Membro - Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF
- **Vera Lúcia Ribeiro de Carvalho Bueno** - Professora - Instituto Federal de Brasília - Curso de Cuidadores de Idoso

- **Dia 29 de outubro**

Finalidade:

Debater os projetos de acessibilidade de autoria do Ministério das Cidades.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RDH 111/2012](#), Senador Paulo Paim

Participantes:

- **Antônio José Nascimento Ferreira** - Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
(representante de: Maria do Rosário Nunes)
- **Yuri Rafael Della Giustina** - Diretor - Departamento de Acessibilidade e Planejamento Urbano do Ministério das Cidades
- **Marçal Rodrigues Goulart** - Superintendente de Gestão Operacional - Infraero
- **Carlos Penna Brescianini** - Mestre - Políticas Públicas e Formas Alternativas de Energia

- **Dia 31 de outubro**

Finalidade:

Debater a questão racial na reforma do Código Penal

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RDH 94/2012](#), Senador Paulo Paim

Participantes:

- **Carlos Alberto de Sousa e Silva Junior** - Ouvidor - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR
- **Renato Ferreira** - Assessor Parlamentar - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR
- **André Luiz Moreira** - Advogado
- **Dojival Vieira** - Editor - Agência de Informação Multiétnica - AFROPRESS
- **Hélio Silva Júnior** - Coordenador - Curso de Direito da Faculdade Zumbi dos Palmares
- **Lúcia Maria Ribeiro de Lima** - Coordenadora do Comitê Gestor de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de Rio Branco
- **Silvia Nascimento Cardoso dos Santos Cerqueira** - Presidente - Comissão de Promoção da Igualdade da OAB Nacional
- **Almiro Sena Soares Filho** - Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia
- **Eduardo Pereira da Silva** - Presidente - Comissão da Igualdade Racial da OAB de São Paulo
- **Sérgio São Bernardo** - Coordenador - Instituto Pedra de Raio; Professor - Universidade do Estado da Bahia – UNEB

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT)

- **Dia 31 de outubro**

Finalidade:

Discussão “A Política Nacional de Biogás”

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RCT 26/2012](#), Senador João Capiberibe e outros

Participantes:

- **Roberto Meira Júnior** - Diretor Substituto do Departamento de Desenvolvimento Energético da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - Ministério de Minas e Energia - [MME](#)
 - **Thaís Brito de Oliveira** - Analista de Infraestrutura da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - Ministério do Meio Ambiente - [MMA](#)
 - **Gian Gomes Marques** - Diretor de Engenharia - MAN América Latina - Rio de Janeiro - [MAN](#)
 - **Joachim Werner Zang** - Coordenador de Pesquisa e Inovação - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Campus Goiânia - [goiania.ifg.edu](#)
 - **Volker Niklahs** - Conselheiro para Alimentação, Agricultura e Defesa do Consumidor - Embaixada da Alemanha - [brasil.diplo.de](#)
-

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (CMMC)

• **Dia 17 de outubro**

Finalidade:

Audiência pública para debater:

Discussão de temas de política nacional relacionados à mudança do clima, com vistas à COP-18.

Participantes:

- **Adriano Santhiago de Oliveira** - Secretário Substituto da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental - Ministério do Meio Ambiente - [MMA](#)
- **Sanderson Alberto Medeiros Leitão** - Coordenador-Geral de Mudanças Globais do Clima - CGMC – Ministério da Ciência e Tecnologia - [MCT](#)
- **André Odenbreit Carvalho** - Chefe da Divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química - DCLIMA - Ministério das Relações Exteriores - [MRE](#)
- **Fernanda Viana de Carvalho** - Coordenadora de Políticas de Clima/The Nature Conservancy – Brasil
- **Erika de Paula Pedro Pinto** - Gerente Regional e Pesquisadora do Programa de Mudanças Climáticas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM.

• **Dia 31 de outubro**

Finalidade:

Discussão de Planos Setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima:

- PPCDAm (Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia);
- PPCerrado (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado); e
- Plano ABC (Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono).

Participantes:

- **Adriano Santhiago de Oliveira** - Coordenador do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente - [MMA](#)
 - **Alaor Moacyr Dall'Antonia Júnior** - Coordenador-Geral de Agrometeorologia – CGA/INMET do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - [MAPA](#)
 - **Carlos Rittl** - Coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia - [WWF Brasil](#)
-

- CONJUNTAS -

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE) E COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)

• **Dia 31 de outubro**

Finalidade:

Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 365 de 2009, que "acrescenta inciso VI e § 10 ao art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir a possibilidade de gratuidade dos primeiros 50kWh mensais de energia elétrica para consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda", debatendo a viabilidade da implementação do Sistema de Pré-Pagamento de Energia Elétrica.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RQE 80/2011](#), Senador Romero Jucá e outros
- [RQI 36/2012](#), Senador Gim Argello

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

- [PLS 365/2009](#), Senador Gim Argello

Participantes:

- **Marcos Franco Moreira** - Diretor do Departamento de Gestão do Setor Elétrico - Ministério de Minas e Energia - [MME](#)

(representante de: Edison Lobão)

- **Marcos Bragatto** - Superintendente de Regulação da Comercialização da Eletricidade - Agência Nacional de Energia Elétrica - [Aneel](#)

(representante de: Nelson José Hubner Moreira)

- **Nelson Fonseca Leite** - Presidente - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - [Abradee](#)

- **Celso Soares** - Coordenador-Geral Substituto de Estudos e Monitoramento de Mercado - Secretaria Nacional do Consumidor - [SENACON](#)

(representante de: Juliana Pereira da Silva)

- **Álvaro Dias Júnior** - Vice-Presidente Corporativo - Landis Gyr América do Sul

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA)
E COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH)**

• Dia 30 de outubro**Finalidade:**

Discutir a qualidade da prestação de serviços pelos Planos de Saúde no Brasil

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RMA 92/2012](#), Senador Rodrigo Rollemberg
- [RDH 117/2012](#), Senador Paulo Paim
- [RDH 125/2012](#), Senador Paulo Paim

Participantes:

- **Lorena Tamanini Rocha Tavares** - Representante - Secretaria Nacional do Consumidor - [SENACON](#)
- **Bruno Sobral de Carvalho** - Diretor de Desenvolvimento Setorial - Agência Nacional de Saúde Suplementar - [ANS](#)

- **Joana Indjaian** - Representante - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - [IDEC](#)

- **Aloísio Tibiriçá Miranda** - Representante - Conselho Federal de Medicina - CFM

- **Denise Rodrigues Elio de Brito** - Presidente - União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde

- **Arlindo de Almeida** - Presidente - Associação Brasileira de Medicina de Grupo - ABRAMGE

- **Marlene Izidro Vieira** - Representante - Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO
-

MATÉRIAS APRECIADAS

(***) NT = Matéria apreciada em decisão Não Terminativa
 T = Matéria apreciada em decisão Terminativa

MATÉRIA	RESULTADO (***)	COMISSÃO	DIA
PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS			
PLS 33/2008 - Dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).	Aprovado o parecer pela rejeição. (NT)	CAE	30/10
PLS 142/2008 - Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para estimular os Arranjos produtivos Locais.	Aprovado o Projeto, na forma da Emenda nº 2-CDR-CAS (Substitutivo). (T)	CAS	31/10
PLS 169/2008 - Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicadoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem.	Aprovado o parecer favorável, com a emenda nº 1-CMA. (NT)	CMA	16/10
PLS 179/2008 - Cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica.	Aprovados o Projeto com as Emendas nºs 1-CE-CDH-CAS, 2-CE-CDH-CAS, 4-CE-CDH-CAS e 5-CAS. (T)	CAS	31/10
PLS 379/2008 - Dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências.	Aprovado o parecer pela rejeição. (NT)	CAE	30/10
PLS 84/2009 - Estabelece a dilação no pagamento de prestações de mutuários da Caixa Econômica Federal e dá outras providências.	Rejeitado o Projeto. (T)	CAS	31/10
PLS 138/2010 - Dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades e seus acompanhantes em aeronave de propriedade, arrendada ou locada pela Administração Pública Federal.	Aprovado o parecer favorável, com as emendas nº 1 e 2-CMA (NT)	CMA	16/10
PLS 151/2010 - Institui a Semana Nacional da Doação de Leite Humano, a ser comemorada semestralmente.	Aprovado o Projeto, com as emendas nºs 01-CE e 02-CE. (T)	CE	16/10
PLS 264/2010 - Dispõe sobre a Equoterapia.	Aprovado o Projeto, na forma da Emenda nº 4-CAS (Substitutivo). (T)	CAS	31/10
PLS 254/2011 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento aos alunos com altas habilidades ou superdotação na educação básica e superior.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	16/10

PLS 284/2011 - Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de idoso.	O Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) é definitivamente adotado - Turno Suplementar (T)	CAS	17/10
PLS 336/2011 – Acrescenta o inciso VI ao artigo 15 da Medida Provisória nº. 2.158 - 35, de 24 de agosto de 2001, para permitir a exclusão da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) os valores repassados aos associados decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros intermediado por cooperativa.	Aprovado o parecer favorável ao PLS nº 336, de 2011, nos termos da Emenda 01 – CI (Substitutivo), e pela prejudicialidade do PLS nº 400, de 2011. (NT)	CI	17/10
Tramita em conjunto com			
PLS 400/2011 - Altera o art. 9º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para reduzir a base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas no caso de rendimentos da prestação de serviços de transporte de passageiros, e o art. 30 da Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004, para excluir, da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) devidas por sociedade cooperativa de taxistas os ingressos decorrentes do ato cooperativo.			
PLS 408/2011 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para garantir tratamento especial ao adolescente viciado em drogas.			
PLS 411/2011 - Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências, para estabelecer percentual de gratuidade em espetáculos financiados pela Lei Rouanet.	Prejudicado o Projeto. (T)	CE	16/10
PLS 428/2011 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição de frase de advertência sobre o corante tartrazina, nas embalagens dos alimentos que o contenham.			
PLS 504/2011 - Altera o parágrafo único do art. 25 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para estabelecer o número máximo de alunos por turma na pré-escola e no ensino fundamental e médio.	Aprovado o Projeto. (T)	CE	16/10
PLS 513/2011 - Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais.			
PLS 582/2011 - Altera a Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica, para obrigar que todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de baixa tensão para uso	Aprovado o parecer favorável, com a Emenda nº 01-Cl (NT)	CI	31/10
PLS 582/2011 - Altera a Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica, para obrigar que todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de baixa tensão para uso			
Aprovado o parecer pela rejeição. (NT)			
CAE			
16/10			

doméstico comercializados no Brasil sejam bivolt.

PLS 586/2011 - Altera a Lei da Execução Penal, para determinar como falta grave o acesso a endereço eletrônico, a programa de conversação ou a qualquer rede social de comunicação entre computadores, por parte do condenado à pena privativa de liberdade.	Aprovado o parecer favorável, com as emendas nº 01 e 02 – CCT. (NT)	CCT	17/10
PLS 596/2011 - Altera a Lei nº 9.702, de 17 de novembro de 1998, para autorizar a outorga de concessão de direito de uso de imóveis de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a entidades de assistência social.	Aprovado o parecer favorável, com a Emenda nº 1-CAS. (NT)	CAS	17/10
PLS 603/2011 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos do Doente de Lúpus.	O Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) é definitivamente adotado - Turno Suplementar. (T)	CAS	17/10
PLS 639/2011 - Acrescenta art. 6º-A à Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para dispor sobre a não incidência do imposto de renda sobre os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de remuneração decorrente de exercício de emprego, cargo ou função.	Aprovado o Projeto. (T)	CAE	16/10
PLS 640/2011 - Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de disponibilização de unidade de tratamento intensivo móvel (UTI móvel) durante as competições.	Aprovado o Projeto. (T)	CAS	31/10
PLS 764/2011 - Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.	Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). (T)	CAE	16/10
PLS 70/2012 - Altera as Leis nºs 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências, 4.324, de 14 de abril de 1964, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências, e 5.905, de 12 de julho de 1973, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências, para dispor sobre a publicidade médica, odontológica e de enfermagem.	Aprovado o Projeto. (T)	CAS	31/10
PLS 170/2012 – Complementar - Regula a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais relacionados ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação serão concedidos e revogados, conforme disposto nos artigos 150, §6º e 155, § 2º, inciso XII, alínea g, da Constituição Federal.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CI	17/10
PLS 268/2012 - Concede isenção da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidente sobre veículos utilizados no transporte coletivo de passageiros.	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CI	17/10

PLS 270/2012 – Complementar - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar a tributação das atividades de produção cinematográfica, audiovisual, artística e cultural no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Aprovado o parecer favorável. (NT)

CE

16/10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA – PLC

PLC 62/2003 - Cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia.

Aprovado Parecer pela rejeição. (NT)

CDR

17/10

Tramita em conjunto com

PLS 232/2007 - Transforma o Rio Araguaia em Rio Parque e dá outras providências

Aprovado o parecer favorável. (NT)

CE

16/10

PLC 50/2008 - Denomina a BR-232, no Estado de Pernambuco, Rodovia João Lyra Filho no trecho entre Recife e São Caetano e Rodovia Luiz Gonzaga no trecho entre São Caetano e Parnamirim.

Aprovado o parecer favorável. (NT)

PLC 106/2009 - Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (define "tratamento mental" como enfermidade psíquica em geral).

Rejeitado o Projeto. (T)

CAS

31/10

PLC 110/2009 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento e assepsia de areia contida em tanques de lazer e recreação existentes em áreas públicas e privadas.

Rejeitado o Projeto. (T)

CAS

31/10

PLC 310/2009 - Institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros - REITUP, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes.

Aprovado o parecer favorável. (NT)

CI

17/10

PLC 80/2010 - Denomina Viaduto Deputado José Fernandes de Lima o viaduto localizado na BR-101, entroncamento com a rodovia estadual PB-040, na entrada principal da cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba.

Aprovado o Projeto. (T)

CE

16/10

PLC 141/2010 - Dispõe sobre o encerramento das atividades de uma instalação radiativa e a limitação de sua radiação residual.

Aprovado o Projeto, com a emenda nº 2 - CMA/CCT. (T)

CCT

17/10

PLC 65/2011 - Altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Aprovado o Projeto, com as emendas nºs 01-CE e 02-CE. (T)

CE

16/10

PLC 16/2012 - Dispõe sobre inadimplência na prestação de contas e cumprimento das normas de programas federais na área de educação.

Aprovado o parecer pela prejudicialidade. (NT)

CE

16/10

PLC 32/2012 – Complementar - Modifica a Lista de serviços tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISS anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

Aprovado o parecer favorável. (NT)

CAE

30/10

PLC 48/2012 - Obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de

Aprovado o parecer favorável, com a

CCJ

31/10

carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais.

Emenda Nº 1-CCJ.
(NT)

PLC 93/2012 - Dá nova redação ao art. 387 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para a detração ser considerada pelo juiz que proferir sentença condenatória.

Aprovado o parecer favorável. (NT) **CCJ** **31/10**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – PDS

PDS 101/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EMISSORA VANGUARDA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 185/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DE CALDAS NOVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 228/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM DE SERRA BRANCA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra Branca, Estado da Paraíba.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 231/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE BARAÚNA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baraúna, Estado da Paraíba.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 241/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE MARIANÓPOLIS - AMCM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marianópolis do Tocantins, Estado do Tocantins.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 246/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MARCONI FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Açaílândia, Estado do Maranhão.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 247/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO APERIPÊ DE SERGIPE para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 249/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM CORISCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boituva, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 253/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AGROPECUARISTAS SANTA CLARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacuruba, Estado de Pernambuco.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 254/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10

PDS 256/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE JACAREÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jacareí, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 260/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à RADIODIFUSÃO ASSISENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 261/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE MONTESIONENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 262/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à REDE ELLO BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mirangaba, Estado da Bahia.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 267/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE ARAÇATUBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 272/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE SALWANÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria das Barreiras, Estado do Pará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 282/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE VAQUEIROS DE CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristalândia do Piauí, Estado do Piauí.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 283/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA MORRO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 286/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GUAIBENSE DE APOIO CULTURAL E COMUNITÁRIO - AGACC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 288/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ULTRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajinha, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 295/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PAMPEANA LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 305/2012 - Aprova o ato que outorga concessão à CAMY TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campo	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10

Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

PDS 312/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PORTO AMAZONAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 314/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à XARAÉS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 316/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE CAMPOGRANDENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 320/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BROTAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Piraí do Sul, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 322/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PORTAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 323/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ALFA CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Francisco do Pará, Estado do Pará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 324/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE FEIRA NOVA/SERGIPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feira Nova, Estado de Sergipe.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 325/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PROVÍNCIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 326/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MONTANHESA MENINO JESUS DE PRAGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 328/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL ALTO XINGU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Xingu, Estado do Pará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 332/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE DIONÍSIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dionísio, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10

PDS 334/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CRISTÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianá, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 336/2012 - Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE MOITA BONITA/SERGIPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moita Bonita, Estado de Sergipe.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 349/2012 - Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GLOBO ELDORADO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 428/2012 - Aprova o ato que outorga permissão à REDE FERREIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bonfim, Estado de Roraima.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 518/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV ÔMEGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 519/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV ÔMEGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 520/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV ÔMEGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 521/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV ÔMEGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10
PDS 522/2012 - Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV ÔMEGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o Projeto. (T)	CCT	17/10

REQUERIMENTO "SF" – RQS

RQS 836/2012 - Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 14, § 2º, da Resolução nº 1, de 2011 - CN, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 7 a 14 de novembro de 2012, para participar, como membro do Parlamento do Mercosul, de reuniões da Mesa Diretiva e de Comissões Permanentes da Assembleia Parlamentar Eurolatinoamericana - Eurolat, nos dias 9 e 10 desse período, na cidade de Cádiz, na Espanha, e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País entre os dias 7 e 19 de novembro de 2012. (Autoria: Senador Roberto Requião)	Aprovado o parecer favorável. (NT)	CRE	18/10
RQS 855/2012 - Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos	Aprovado o parecer	CRE	18/10

trabalhos da Casa, no período de 16 a 18 de novembro de 2012, em missão parlamentar, a fim de participar no Fórum sobre Segurança Internacional de Halifax, que ocorrerá em Halifax, Canadá; e comunica, ainda, de acordo com o art. 39, I, do mesmo Regimento, que estará ausente do País no período de 14 a 19 de novembro. (Autoria: Senador Luiz Henrique)

RQS 880/2012 - Requer, nos termos do arts. 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, nos dias 25 e 26 de outubro de 2012, para participar, como convidado do Parlamento Latino-Americano, em Buenos Aires, da Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional daquele Parlamento, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, que se ausentará do País nesse período. (Autoria: Senador Eduardo Suplicy)

MENSAGEM – MSF

<p>MSF 48/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Níger.</p> <p>MSF 58/2012 - Encaminha, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2012.</p> <p>MSF 69/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.</p> <p>MSF 70/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.</p> <p>MSF 82/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor TEORI ALBINO ZAVASCKI para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Antonio Cezar Peluso.</p> <p>MSF 84/2012 - Submete à apreciação do Senado Federal o nome do General de Exército LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da inatividade compulsória do General de Exército Francisco José da Silva Fernandes, a partir de 3 de outubro de 2012.</p> <p>MSF 86/2012 - Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado da Bahia e o</p>	<p>favorável. (NT)</p> <p>Aprovado o parecer favorável. (NT)</p> <p>Apreciada a Mensagem. (NT)</p> <p>Aprovado o parecer favorável, nos termos do PDS apresentado. (NT)</p> <p>Apreciada a Mensagem. (NT)</p> <p>Apreciada a Mensagem. (NT)</p> <p>Aprovado o parecer favorável. (NT)</p> <p>Aprovado o parecer favorável. (NT)</p> <p>Aprovado o parecer, favorável nos termos do PRS</p>	<p>CRE</p> <p>CAE</p> <p>CRE</p> <p>CRE</p> <p>CRE</p> <p>CCJ</p> <p>CCJ</p> <p>CAE</p>	<p>18/10</p> <p>16/10</p> <p>18/10</p> <p>18/10</p> <p>18/10</p> <p>17/10</p> <p>31/10</p> <p>16/10</p>
--	--	---	---

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US\$ 700,000,000.00 (setecentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar o "Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia (PROINCLUSÃO).

MSF 87/2012 - Propõe ao Senado Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos os recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Inclusão Social e Oportunidades para Jovens no Rio de Janeiro".

Aprovado o parecer, favorável nos termos do PRS apresentado. (NT)

CAE 16/10

MSF 88/2012 - Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Mato Grosso e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 15,032,000.00 (quinze milhões e trinta e dois mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento da Administração Fazendária - PROFISCO MT".

Aprovado o parecer, favorável nos termos do PRS apresentado. (NT)

CAE 16/10

MSF 90/2012 - Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até € 45.948.095,72 (quarenta e cinco milhões, novecentos e quarenta e oito mil, noventa e cinco euros e setenta e dois centavos), entre a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS e o banco KREDITANSTALT FÜR WIEDERAUFBAU (KFW), destinados a financiar, parcialmente, o "Projeto Complexo São Bernardo - Tranche II e Tranche III".

Aprovado o parecer, favorável nos termos do PRS apresentado. (NT)

CAE 30/10

MSF 91/2012 - Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Tocantins e os Bancos BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA S.A., MILAN BRANCH - BBVA e DEUTSCHE BANK S.P.A., no valor de até US\$ 143,198,162.32 (cento e quarenta e três milhões, cento e noventa e oito mil, cento e sessenta e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e dois centavos), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Infraestrutura Rodoviária - PIER".

Aprovado o parecer, favorável nos termos do PRS apresentado. (NT)

CAE 31/10

MSF 92/2012 - Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Minas Gerais e o Banco CREDIT SUISSE AGD, no valor de até US\$ 1,300,000,000.00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Reestruturação da Dívida CRCCEMIG".

Aprovado o parecer favorável nos termos do PRS apresentado.

CAE 31/10

MSF 93/2012 - Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US\$ 450,000,000.00 (quatrocentos e cinquenta milhões de dólares norteamericanos), destinada a financiar, parcialmente, o "Terceiro Programa de Parceria para

Aprovado o parecer, favorável nos termos do PRS apresentado. (NT)

CAE 31/10

o Desenvolvimento de Minas Gerais".

MSF 94/2012 - Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e a Corporação Andina de Fomento - CAF, no valor de até US\$ 120,666,000.00 (cento e vinte milhões, seiscentos e sessenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada a financiar parcialmente o "Projeto de Reforma e Adequação do Estádio do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014".

Aprovado o Parecer, favorável nos termos do PRS apresentado. (NT)

CAE 31/10

DIVERSOS – DIV

DIV 42/1997 - Encaminha ao Senado Federal, cópia da decisão 429, de 1997, adotada pelo Tribunal de Contas da União referente a atos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genovena, no bairro de Santa Tereza, bem como nas demais casas geriátricas do Rio de Janeiro.

Aprovado parecer pelo arquivamento. (NT)

CAS 31/10

Instalação de Colegiados e Eleições

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL - CISTAC

- Dia 31 de outubro**
Eleição do Presidente da Subcomissão, Senador João Costa.

Legendas – Comissões

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça E Cidadania
CE – Comissão de Educação, Cultura E Esporte
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação e Controle
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Reforma Agrária e Agricultura
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PLS – Projeto de Lei do Senado
ECD - Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
SCD - Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
PRS – Projeto de Resolução
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
IND – Indicação
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
EMEN PLEN. – Emendas de Plenário
MSF – Mensagem “SF”
REC – Recursos
OFS “S” – Ofício “SF”
OCS - OFS “CAS” - Ofício da Comissão de Assuntos Sociais
DIV – Diversos
AVS – Aviso
AMA - AVS “CMA” - Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
PET – Petição
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
DEN – Denúncia
DAS – Denúncia da Comissão de Assuntos Sociais
REP – Representação

C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Relatório da SSCEPI – 02/02 a 31/10/2012

COMISSÕES TEMPORÁRIAS								
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições		
						PEC	PLC	REQ
REFORMA DO CÓDIGO PENAL (JURISTAS) RQS 756/2011	2011	4						
	2012	18						
	Total	22						
QUESTÕES FEDERATIVAS (ESPECIALISTAS) RQS 25/2012	2012	11						
REFORMA DO CÓDIGO PENAL PLS 236/2012	2012	5	5	4				
MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PLS 281, 282 e 283/2012	2012	3	3	3				

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI								
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições		
						PEC	PLC	REQ
TRÁFICO DE PESSOAS RQS 226/2011	2011	20	127	127	112			1
	2012	9	92	92	27			-
	Total	29	219	219	139			1
ECAD RQS 547/2011	2011	16	147	141	96			-
	2012	3	-	-	3			1
	Total	19	147	141	99			1

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
VIOLENCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL RQN 4/2011	2012	28	717	715	294						
OPERAÇÕES VEGAS E MONTE CARLO RQN 1/2012	2012	32	1126	593	1600						

AUDIÊNCIAS

AUDIÊNCIAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
Comissão de Juristas – Anteprojeto de Código Penal (CJECP)	4
CT - Reforma do Código Penal (CTRCP)	3
CT - Código de Defesa do Consumidor (CTRCDC)	1
CPI do ECAD (CPIECAD)	1
CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)	3
CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)	18
CPMI Operações Vegas e Monte Carlo	23
TOTAL	53

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL (CJECP)

- **Dia 24 de fevereiro em São Paulo/SP**

Finalidade:

Debates sobre o Capítulo “Dos Crimes Contra a Vida” com a finalidade de subsidiar a elaboração do Anteprojeto do Novo Código Penal.

Participantes:

- **Ricardo Garisio Sartori** - Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo;
- **Fernando Grella Vieira** - Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo;
- **Luiz Flávio Borges D’Urso** - Presidente da Ordem dos Advogados de Brasil, Seção São Paulo.

- **Dia 23 de março**

Finalidade:

Debates sobre o Capítulo “Dos Crimes Contra a Administração Pública” com a finalidade de subsidiar a elaboração do Anteprojeto do Novo Código Penal.

Participantes:

- **Henrique de Sousa Lima** - Representante da Controladoria Geral da União –CGU;
- **Antônio Davi** - Advogado da União;
- **José Robalinho Cavalcante** - Procurador da República;
- **Tércio Issami Tokano** - Advogado da União - Diretor Substituto do Departamento de Patrimônio e Probidade;
- **João Alberto Simões Pires Franco** - Defensor Público Federal;
- **Reynaldo Soares da Fonseca** - Desembargador Federal - Representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE;
- **Adalberto Jorge Xisto Pereira** - Desembargador Representante da Associação dos Magistrados Brasileiros-AMB;
- **Luís Maximiliano Lael Telesca Mota** - Secretário-Geral Adjunto - Representante OAB/DF;
- **Cláudia Chagas** - Representante do Conselho Nacional do Ministério Público;
- **Dermeval Farias Gomes Filho** - Promotor de Justiça do MPDFT - Representante do Conselho Nacional do Ministério Público;
- **Mohamed Ale Hasan Mahmoud** - Coordenador Regional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM;
- **Clayton Silva Germano** - Promotor de Justiça - Representante do CONAMP;
- **Crista Correa** - Representante do Movimento Brasil Contra a Corrupção;
- **Leonardo Araújo Marques** - Promotor de Justiça - Representante do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais – CNPG;
- **Roberto Biasoli** - Representante do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional – DRCI;
- **José Ildomar Uberti Minuzzi** - Auditor Fiscal - Coordenador de Pesquisa e Investigação da Receita Federal – COPEI;
- **Marcos Martins Davidovich** - Procurador Federal - Representante da Comissão de Valores Mobiliários;
- **Thiago Bottino** - Coordenador da Escola de Direito da FGV;
- **Bolívar Steinmetz** - Delegado Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal – DPF;
- **Sebastião José Lessa** - Delegado Representante da ADEPOL/Brasil;
- **Fernando dos Santos Carneiro** - Representante da sociedade civil.

- **Dia 14 de maio no Rio de Janeiro/RJ**

Finalidade:

Debates sobre novos tipos penais.

Participantes:

- **José Mariano Beltrame** – Secretário de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro;
- **Cláudio Soares Lopes** – Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro;
- **Paulo Melo** – Deputado Estadual do Rio de Janeiro
- **Leila Marian** - Desembargadora;
- **Manuel Alberto Ribeiro dos Santos** - Desembargador;

• Dia 18 de maio em Porto Alegre/RS

Finalidade:

Debates sobre o tema: “Parte Geral do Código Penal e outros temas correlatos”.

Participantes:

- **Marcelo Bandeira Pereira** – Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul;
- **Airton Michels** – Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul;
- **Pio Giovani Dresch** – Presidente da AJURIS
- **Alberto Delgado Neto** – Diretor da Escola Superior de Magistratura da AJURIS;
- **Ronaldo Barão Castro e Silva** – Vice-Diretor da Escola Superior de Magistratura da AJURIS;
- **Davi Medina da Silva** – Promotor da Procuradoria-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul;
- **Alexandre Wunderlich** – Professor da Faculdade de Direito da PUC/RS.
- **Miki Breier** – Deputado Estadual do Rio Grande do Sul.

COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE EXAMINAR PROJETO DE LEI DE REFORMA CÓDIGO PENAL (CTRCP)**• Dia 14 de agosto**

Finalidade:

Exposições acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Gilson Dipp** – Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- **José Muñoz Piñeiro** – Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;
- **Luiz Flávio Gomes** – Professor de Direito.

• Dia 21 de agosto

Finalidade:

Exposições acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior** – Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- **Taís Schilling Ferraz** – Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público
- **Fernando Fragoso** – Advogado..

• Dia 04 de setembro

Finalidade:

Exposições acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **José Eduardo Cardozo** – Ministro da Justiça.

COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE EXAMINAR OS PROJETOS DE LEI DE MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CTRCDC)**• Dia 16 de outubro**

Finalidade:

Exposições acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **José Eduardo Cardozo** – Ministro da Justiça;
- **Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin** – Ministro do Superior tribunal de Justiça.

CPI do ECAD (CPIECAD)**• Dia 26 de março em São Paulo/SP**

Finalidade:

Exposições acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Sandra Véspoli** - Autora do Livro “O Outro Lado do ECAD”;
- **Carlos Mendes** - Presidente do Sindicato de Compositores de São Paulo;
- **Marcello Nascimento** - Representante do ECAD;
- **Paulo Celso Lui** - Representante da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas.

CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPI TRAFPE)**• Dia 20 de março****Finalidade:**

Exposição acerca dos fatos envolvendo a prisão de Vilberto Ataíde Frazão, em razão do crime de Tráfico de Pessoas.

Participantes:

- **Luis Vanderlei Pardi** – Delegado de Polícia Federal.

• Dia 28 de maio em Natal/RN**Finalidade:**

Debates sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Rosalba Ciarline** – Governadora do Rio Grande do Norte;
- **Deputado Ricardo Motta** – Presidente da Assembleia Legislativa;
- **Márcia Maia** – Deputada Estadual;
- **Fernando Mineiro** – Deputado Estadual;
- **Fátima Bezerra** – Deputada Federal;
- **Garibaldi Alves Filho** – Ministro da Previdência Social;
- **Marco Dionízio Medeiros Caldas** – Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos;
- **Aldair da Rocha** – Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte;
- **Fernanda Arenhart** – Promotora de Justiça;
- **Rosivaldo da Cunha Oliveira** – Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho;
- **Poliana de Medeiros** – Delegada Federal;
- **Sayonara Dias** – Coordenadora do Cedeca Casa Renascer;
- **Ana Paula Felizardo** – Presidente da ONG Resposta.

• Dia 27 de junho**Finalidade:**

Tratar sobre o cumprimento do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, bem como sobre os termos do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e questões atinentes às espécies de tráfico de pessoas.

Exposição acerca dos fatos envolvendo a prisão de Vilberto Ataíde Frazão, em razão do crime de Tráfico de Pessoas.

Participantes:

- **Hélio Bicudo** – Presidente da Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos.

CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)**• Dia 20 de março****Finalidade:**

Exposição acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Aparecida Gonçalves** – Secretária Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher da Secretaria de Política para as Mulheres.

• Dia 27 de março**Finalidade:**

Debates sobre o objeto da Comissão.

Participantes:

- **Meire Lucia Monteiro Mota Coelho** – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil;
- **Sonia Coelho Gomes Orellana** – Representante da Marcha Mundial de Mulheres;
- **Ana Carolina Barbosa** - Representante da União Brasileira de Mulheres.

- **Dia 29 de março**

Finalidade:

Debate sobre a Violência contra a mulher no campo e contra a mulher indígena.

Participantes:

- **Carmem Foro** – Representante da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;
- **Maria Helena Azumehero** – Representante do Conselho Nacional das Mulheres Indígenas – CONAMI;
- **Rosângela Piovizani** - Representante do Movimento das Mulheres Camponesas -- MMC.

- **Dia 10 de Abril**

Finalidade:

Debate sobre o tema “A Sistematização e o Monitoramento de Dados de Violência contra as Mulheres”.

Participantes:

- **Cecília Sardenberg** - Representante do OBSERVE;
- **Wania Pasinato** - Representante do Núcleo de Estudos da Violência da USP;
- **Lia Zanotta** - Representante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher da UNB;
- **Miriam Grossi** - Representante do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividade da UFSC.

- **Dia 16 de Abril em Recife/PE**

Finalidade:

Debates sobre o objeto da Comissão.

Participantes:

- **Aguinaldo Fenelon de Barros** - Procurador Geral de Justiça de Pernambuco;
- **Maria Tereza Paes de Sá Machado** - Juíza do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Pernambuco;
- **Wilson Salles Damázio** - Secretário de Defesa Social;
- **Cristina Maria Buarque** - Secretária da Mulher de Pernambuco;
- **Maria Betânia Serrano** - Representante do Fórum de Mulheres de Pernambuco;
- **Elaine Neves** - Assessora da Diretoria de Políticas para as Mulheres da FETAPE;
- **Rejane Pereira** - Secretária da Mulher de Recife;
- **Carlos Humberto Inojosa Galindo** - Juiz Assessor Especial da Presidência/TJPE.

- **Dia 19 de abril**

Finalidade:

Debates sobre a transversalidade nas políticas de combate à violência contra as mulheres.

Participantes:

- **Helvécio Miranda Magalhães Júnior** – Representante do Ministério da Saúde;
- **Fábio Meirelles Hardmann de Castro** – Representante do ministério da Educação;
- **Cristina Villanova** – Representante do Ministério da Justiça.

- **Dia 26 de abril**

Finalidade:

Avaliação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

Participantes:

- **Eleonora Menicucci** – Ministra da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres;
- **Iraê Lucena** – gestora da Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana da Paraíba;
- **Joelda Pais** – gestora da Secretaria de Políticas para Mulheres do Acre;
- **Eliza Piola** – gestora da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres de Minas Gerais;
- **Aparecida Gonçalves** – gestora da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres.

- **Dia 27 de abril em Belo Horizonte/MG**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado de Minas Gerais.

Participantes:

- **Heloísa de Ruiz Combat** – representante do Tribunal de Justiça de Minas Gerais;
- **Nívia Mônica Silva** – Procuradora de Justiça do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça;
- **Cássio Soares** – Secretário de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais;
- **Denilson Feitosa Pacheco** – Secretário de Estado Adjunto de Defesa Social;
- **Andrea Garzon Tonet** – Defensora Pública-Geral do Estado;
- **Deputada Luiza Ferreira** – relatora da Comissão Especial da Violência contra a mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais;
- **Deputada Maria Tereza Lara** – membro da Comissão Especial da Violência contra a mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais;
- **Márcia de Cássia Gomes** – Coordenadora do Consórcio Regional da Promoção da Cidadania – Mulheres das Gerais;
- **Laurelle Carvalho de Araújo** – Defensora Pública do Estado de Minas Gerais e Coordenadora do Núcleo da Mulher (NUDEM).

- **Dia 04 de maio em Florianópolis/SC**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado de Santa Catarina.

Participantes:

- **Alexandre Karazawa Takashima** – Juiz Corregedor;
- **Júlio César Ferreira Melo** – Juiz;
- **Maria Amélia Borges Moreira Abbad** – Promotora de Justiça;
- **Juliana Renda Gomes** – Delegada de Polícia;
- **Selma Elias Westphal** – Representante da Coordenadoria Estadual da Mulher – CEM.

- **Dia 07 de maio em Porto Alegre/RS**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado do Rio Grande do Sul.

Participantes:

- **Laís Ethel Correa Pías** – Desembargadora;
- **Carla Carrion Frós** – Promotora de Justiça;
- **Miriane Tagliari** – Defensora Pública;
- **Aírton Michels** – Secretário de Segurança Pública;
- **Márcia Santana** – Secretária de Políticas para Mulheres;
- **Fernando Anschan** – Representante da Secretaria Estadual de Saúde.

- **Dia 11 de maio em Vitória/ES**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado do Espírito Santo.

Participantes:

- **Hermínia Maria Azoury** – Juíza Coordenadora Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo;
- **Maria Zumira Teixeira Bowen** – Promotora Chefe da Promotoria de Justiça de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Ministério Público do Estado do Espírito Santo;
- **Gilmar Alves Batista** – Defensor Público Geral do Estado do Espírito Santo;
- **Henrique Geaquinto Herkenhoff** – Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo;
- **José Tadeu Marino** – Secretário de Estado da Saúde do Espírito Santo;
- **Rodrigo Coelho** – Secretário de Estado da Assistência e Direitos Humanos do Espírito Santo;
- **Carla da Mata Machado Pedreira** – Representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Espírito Santo;
- **Edna Martins** – Coordenadora do Fórum Estadual de Mulheres do Espírito Santo.

- **Dia 1 de junho em Maceió/Alagoas**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado de Alagoas.

Participantes:

- **Sandra Canuto** - Representante do Secretário de Saúde do Estado de Alagoas;
- **Dálio César Barros Cavalcante** - Secretário de Defesa Social do Estado de Alagoas;
- **Paulo Zacarias da Silva** - Juiz Titular da Vara da Violência Doméstica, representando o Sr. Des. Sebastião Costa Filho, Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas;
- **Kátia Born** - Secretária da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos do Estado de Alagoas;
- **Eduardo Antônio de Campos Lopes** - Defensor Público-Geral do Estado de Alagoas;
- **Andrea Malta** - Representante da Marcha Mundial de Mulheres; e
- **Sérgio Juca** - Subprocurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas.

- **Dia 25 de junho em Curitiba/Paraná**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado do Paraná.

Participantes:

- **Denise Krugner** – Desembargadora Representante do Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná;
- **Josiane Fruet Lupion** - Defensora Pública-Geral do Paraná;
- **Cláudia Martins** - Promotora de Justiça da Violência Doméstica, Representante da Procuradoria-Geral de Justiça;
- **Fábio Lourenço Bruzamolin** - Promotor de Justiça;
- **Reinaldo de Almeida César** - Secretário de Segurança Pública do Paraná;
- **Maria Tereza Gomes** - Secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná;
- **Maria Huçulk** - Superintendente da Secretaria de Estado de Saúde do Paraná; e
- **Maria Cristina Ferreira** - Coordenadora de Proteção Social e Especial, Representando a Secretaria de Família e Desenvolvimento Social do Paraná.

- **Dia 29 de junho em São Paulo/SP**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado de São Paulo.

Participantes:

- **Desembargadora Angélica de Maria Mello do Almeida** - Coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de São Paulo
- **Dr. Arnaldo Hossepián Júnior** - Subprocurador-Geral de Justiça de Relações Externas,
- **Dr. Fabiano Marques de Paula** - Secretário Adjunto da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania,
- **Dra. Gislaine Doraide Ribeiro Pato** - Delegada de Polícia dirigente do Serviço Técnico de Apoio às Delegacias de Defesa da Mulher do Estado de São Paulo
- **Dra. Karina Barros Cafife Batista** - Assessora em Saúde da Mulher, representado a Secretário de Saúde, Dr. Giovanni Guido Cerri;
- **Dra Rosemary Corrêa** - Gestora Executiva do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher;
- **Dr. Renato Campos Pinto e Vitto** - Defensor Público.

- **Dia 03 de julho**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado de Santa Catarina.

Participantes:

- **César Augusto Grubba** – Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina;
- **Dalmo Claro de Oliveira** – Secretário de Saúde do Estado de Santa Catarina;

- **Dia 13 de julho em Salvador/BA**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado da Bahia.

Participantes:

- **Maurício Teles Barbosa** - Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia;
- **Jorge Santos Pereira Solla** - Secretário de Saúde do Estado da Bahia;
- **Vera Lúcia Barbosa** - Secretária de Políticas Para as Mulheres do Estado da Bahia;
- **Márcia Regina Ribeiro Teixeira** - Promotora de Justiça e Coordenadora do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher, representando o Ministério Público do Estado da Bahia;
- **Mara Moraes** - Secretária Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza;
- **Almíro Sena** - Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos;
- **Sulle Nascimento** - Representante da Articulação de Mulheres Brasileiras.

- **Dia 14 de setembro em João Pessoa/PB**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Estado da Paraíba.

Participantes:

- **Cláudio Coelho Lima** - Secretário de Segurança Pública do estado da Paraíba;
- **Waldson Dias de Souza** - Secretário de Saúde do Estado da Paraíba;
- **Iraê Heusi de Lucena Nóbrega** - Secretária da Mulher e da Diversidade Humana do estado da Paraíba;
- **Antonieta Maroja Nóbrega Machado** - Juíza Substituta da Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher;
- **Roseane Araújo** - Promotora de Justiça de Combate a Violência Doméstica Contra a Mulher;
- **Vanildo Oliveira Brito** - Defensor Público Geral do Estado da Paraíba.

- **Dia 31 de outubro**

Finalidade:

Debates sobre a Violência Contra a Mulher no Distrito Federal.

Participantes:

- **Ana Cristina Melo Santiago** - Delegada Chefe da DEAM;
- **Sandro Avelar** - Secretário de Segurança Pública do DF;
- **Jorge Luiz Xavier** - Diretor-Geral da Polícia Civil do DF;
- **Olgamir Amâncio Ferreira** - Secretária da Mulher do DF;
- **Marília Coelho Cunha** - Subsecretária de Vigilância em Saúde do DF;
- **Thiago André Pierobom** - Promotor de Justiça do DF;
- **Fabiana Costa Oliveira** - Promotora de Justiça do DF;
- **Dulcielly Nóbrega de Almeida** - Defensora Pública, Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher;
- **Leila Rebouças** - Representante do movimento de mulheres.

CPMI – Práticas criminosas desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”

- **Dia 08 de maio**

Finalidade:

Oitiva do responsável pela “Operação Vegas” da Polícia Federal

Participantes:

- **Raul Alexandre Marques de Souza** – Delegado da Polícia Federal.

- **Dia 10 de maio**

Finalidade:

Oitiva do responsável pela “Operação Monte Carlo” da Polícia Federal

Participantes:

- **Matheus Mella Rodrigues** – Delegado da Polícia Federal.

- **Dia 22 de maio**

Finalidade:

Esclarecimentos acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Carlos Augusto de Almeida Ramos**.

• Dia 24 de maio**Finalidade:**

Esclarecimentos acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Wladimir Garcez Henrique;**
- **Idalberto Matias de Araujo;**
- **Jairo Martins de Souza.**

• Dia 30 de maio**Finalidade:**

Esclarecimentos acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Cláudio Abreu;**
- **José Olímpio de Queiroga Neto;**
- **Gleyb Ferreira da Cruz;**
- **Lenine Araújo de Souza.**

• Dia 31 de maio**Finalidade:**

Esclarecimentos acerca do envolvimento entre o depoente e Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Participantes:

- **Demóstenes Torres** – Senador da República.

• Dia 5 de junho**Finalidade:**

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Walter Paulo de Oliveira;**
- **Sejana Martins**

• Dia 12 de junho**Finalidade:**

Esclarecimentos acerca do envolvimento entre o depoente e Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Participantes:

- **Marconi Ferreira Perillo Junior** – Governador do Estado de Goiás.

• Dia 13 de junho**Finalidade:**

Esclarecimentos acerca do envolvimento entre o depoente e Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Participantes:

- **Agnelo dos Santos Queiroz Filho** – Governador do Distrito Federal.

• Dia 26 de junho**Finalidade:**

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Lúcio Fiúza Gouthier;**
- **Écio Antônio Ribeiro dos Santos;**
- **Alexandre Milhomem.**

• Dia 27 de junho**Finalidade:**

Oitiva acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Eliane Gonçalves Pinheiro;**
- **Luis Carlos Bordoni.**

• **Dia 28 de junho**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Marcello de Oliveira Lopes;**
- **João Carlos Feitoza;**
- **Francisco Cláudio Monteiro.**

• **Dia 10 de julho**

Finalidade:

Esclarecimentos acerca do envolvimento entre o depoente e Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Participantes:

- **Raul de Jesus Lustosa Filho** – Prefeito de Palmas/TO.

• **Dia 07 de agosto**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Andressa Mendonça;**
- **Joaquim Gomes Thomé Neto.**

• **Dia 08 de agosto**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Andréa Aprígio de Souza;**
- **Rubmaier Ferreira de Carvalho.**

• **Dia 15 de agosto**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Edivaldo Cardoso de Paula;**
- **Roseli Pantoja da Silva;**
- **Hillner Braga Ananias.**

• **Dia 21 de agosto**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Léa Batista de Oliveira;**
- **Daniel Rezende Salgado.**

• **Dia 22 de agosto**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Jayme Eduardo Rincón;**
- **Aredes Correia Pires.**

• **Dia 28 de agosto**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Luiz Antônio Pagot;**
- **Adir Assad.**

• **Dia 29 de agosto**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Paulo Vieira de Souza;**
- **Fernando Cavendish;**
- **Gilmar Carvalho Moraes.**

• **Dia 29 de agosto**

Finalidade:

Oitivas acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Paulo Vieira de Souza;**
- **Fernando Cavendish;**
- **Gilmar Carvalho Moraes.**

• **Dia 04 de setembro**

Finalidade:

Oitiva acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **André Teixeira Jorge.**

• **Dia 09 de outubro**

Finalidade:

Oitiva acerca do objeto da Comissão.

Participantes:

- **Carlos Leréia – Deputado Federal.**

DILIGÊNCIAS

DILIGÊNCIAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
Comissão de Juristas – Anteprojeto de Código Penal (CJECP)	0
CT - Reforma do Código Penal (CTRCP)	0
CT - Código de Defesa do Consumidor (CTRCDC)	0
CPI do ECAD (CPIECAD)	0
CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)	5
CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)	1
CPMI Operações Vegas e Monte Carlo	0
TOTAL	6

CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil (CPITRAFPE)**• Dia 05 de março em Manaus/AM**

Finalidade:

Investigar fatos ligados ao suposto tráfico de haitianos para o Brasil.

Participantes:

- **Paulo Abrão** - Secretário Nacional de Justiça;
- **Renato Zerbini Leao** - Coordenador Geral do Comitê Nacional para os Refugiados;
- **Edmilson da Costa Barreto** - Representante da Procuradoria da República do Estado do Amazonas;
- **Sergio Lúcio Fontes** - Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas;
- **Padre Gustot Lucien** - Pároco Haitiano;
- **Padre Gelmino Antônio Costa** - Pároco da Igreja São Geraldo, Manaus-AM;
- **Rinaldo Gonçalves de Almeida** - Coordenador do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho;
- **Dermilson Chagas** - Superintendente Regional do Trabalho no Estado do Amazonas;
- **Dr. Audaciphil Hildebrando** - Procurador da Procuradoria Regional do Trabalho;
- **Fernanda Alves dos Anjos** - Diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Título e Qualificação;
- **Simon Seraphin** - Imigrante Haitiano;
- **Ketly Vibert Franceschi** - Presidenta da Associação dos Trabalhadores Haitianos no Amazonas;
- **Regina Fernandes do Nascimento** - Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Amazonas;
- **Alfredo Wagner Berno de Almeida** - Universidade do Estado do Amazonas – UEA;
- **Dra. Denise Reif Kroeff** - Gerente de Projetos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Dia 14 de maio no Rio de Janeiro/RJ

Finalidade:

Esclarecimentos sobre uma suposta participação no tráfico internacional de pessoas, para fim de exploração sexual, de oito brasileiras, naturais do Rio de Janeiro, que foram impedidas de embarcar no Aeroporto Internacional de Guarulhos em voo com destino à Namíbia

Participantes:

- **Vilberto Ataíde Frazão**
- **Bruna Rosa Belmont**

• Dias 04 a 06 de junho em Washington (EUA)

Finalidade:

Discutir assuntos relacionados ao tráfico de pessoas, bem como estabelecer contatos no sentido de incentivar a elaboração de acordos internacionais e bilaterais com o Brasil.

Participantes:

- **Patricia Kowall** - FHI 360;
- **Bela M. Shah** - FHI 360;
- **Kiera Derman** - FHI 360;
- **Sara Gilmer** - Departamento de Estado dos EUA;
- **Casey Branchini** - Departamento de Estado dos EUA;
- **Theresa Segovia** - Departamento de Justiça dos EUA
- **Ngozi Onunaku** - “Department of Health and Human Services (HHS)”;
- **Eskinder Negash** - “Department of Health and Human Services (HHS)”;
- **Curtis O. Porter** - Diretor, Department of Health and Human Services (HHS);
- **Bradley Mitchell** - Departamento de Justiça dos EUA
- **Mary Allison** - Diretora do Polaris Project;
- **Tiffany Williams** - “Break the Chain Campaing”;
- **Blair Bello** - Assistente Legislativo;
- **Ted Poe** - Congressista;
- **Allison Hollabaugh** - Conselheira do Congressista **Chris Smith**;
- **Stephen Tausend** Conselheiro do Senador **Jonh Cornyn**;

- **Dias 07 e 08 de junho em Nova York (EUA)**

Finalidade:

Discutir assuntos relacionados ao tráfico de pessoas, bem como estabelecer contatos no sentido de incentivar a elaboração de acordos internacionais e bilaterais com o Brasil.

Participantes:

- **Amanda Kramer** – “Assistant District Attorney”;
- **Crystal DeBoise** – “Urban Justice Center”
- **Adriana Ongoiba** – “Urban Justice Center”
- **Amanda Joiejo** – “Sanctuary for Families”
- **Lori Cohen** – “Sanctuary for Families”
- **Laruen Hersh** – “Sanctuary for Families”
- **Tzili Mor** – “Equality Now”
- **Kristen Berg** – “Equality Now”
- **Maya Ibars** - “Equality Now”
- **Joanne Payne-Prayor** - FBI
- **Brian Naddow** - FBI;
- **Bruce May** - FBI;
- **Tara Manley** - FBI;
- **Warren Chiu** - FBI;
- **Anthony Bivona** - FBI;
- **Avaloy Lanning** - Safe Horizon
- **Susu Thatun** - UNICEF
- **Ted Maly** - UNICEF
- **Katisha K Andrew** - “Deputy Administrator in the Center for Battered Women’s Legal Services”
- **Yasmeen Hassan** - “Global Director: Equality Now”;

- **Dia 16 de julho em Goiânia/GO**

Finalidade:

Tratar de matéria atinente ao objeto de investigação da Comissão.

Participantes:

- **Nelma Pontes** – Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Goiás;
- **Marcos Vinicius da Costa Júnior** – Delegado Titular da Delegacia de Aruanã;
- **Thiago Galindo Plachefki** – Promotor de Justiça do Estado de Goiás.

CPMI da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM)

- **Dia 13 de setembro em Queimadas/PB**

Finalidade:

Esclarecimentos acerca do caso de estupro coletivo ocorrido no município de Queimadas/PB.

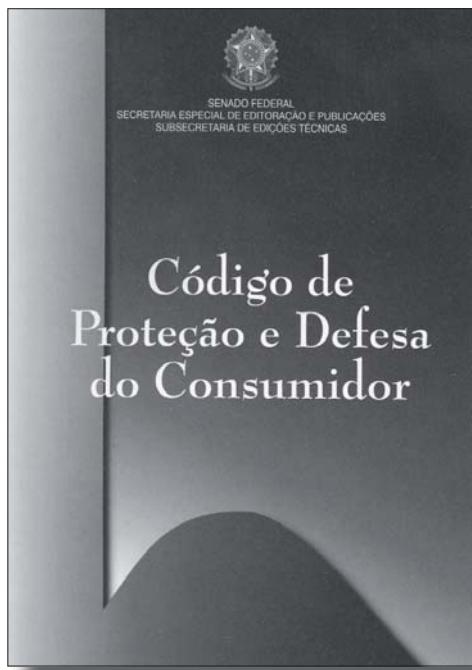
Participantes:

- **Cassandra Maia Duarte** – Delegada de Polícia;
- **Márcio Teixeira** – Promotor de Justiça;
- **Flávia Batista Rocha** – Juíza de Direito.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054

GESTÃO - 00001

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN
cópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o
de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão:
00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de
ras pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 104 páginas
(OS: 15251/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

